

Relatório de análise dos comentários e sugestões formulados no período de consulta pública do projeto de revisão do regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos

Consulta Pública n.º 05/2017

janeiro de 2018

Índice

1. Enquadramento	4
2. Objeto	5
3. Identificação das entidades que se pronunciaram.....	6
4. Apreciação dos comentários recebidos	7
4.1. Apreciação dos comentários gerais	7
a) Processo regulatório.....	8
b) Simplificação normativa	9
c) Modelo regulatório	9
d) Violação do princípio da autonomia local	10
e) Universalidade de aplicação do RTR	12
f) Partilha de risco - eliminação do conceito de custos não controláveis	13
g) Partilha de infraestruturas	15
h) Atividades complementares	18
i) Estimação das tarifas.....	18
j) Valores de contrapartida.....	19
k) Aplicação das tarifas de resíduos urbanos a condomínios	19
l) Regime de IVA.....	20
4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de regulamento	20
QUADRO	21
Análise dos comentários ao projeto de revisão do RTR.....	21
Artigo 2.º - Âmbito	21
Artigo 3.º - Siglas e definições.....	21
Artigo 5.º - Princípios gerais.....	22
Artigo 6.º - Atividades das entidades prestadoras dos serviços.....	23
Artigo 7.º - Atividades do serviço de gestão de resíduos urbanos	23
Artigo 8.º - Partilha de infraestruturas	26
Artigos 11.º, 12.º, 13.º e 14.º (Revogados).....	30
Artigo 16.º - Estrutura tarifária dos serviços prestados a entidades gestoras	31
Artigo 18.º - Estrutura tarifária dos serviços prestados a utilizadores finais	33
Artigo 19.º - Aplicação da tarifa de disponibilidade do serviço de gestão de resíduos	36
Artigo 20.º - Regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos	36

Artigo 22.º - Tarifários sociais	40
Artigo 24.º - Período regulatório	44
Artigo 26.º - Proveitos permitidos	45
Artigo 28.º - Base de ativos regulados	49
Artigo 29.º - Investimentos aceites	52
Artigo 30.º - Taxa de remuneração de ativos	53
Artigo 33.º - Amortizações do exercício	57
Artigo 34.º - Custos de exploração	61
Artigo 35.º - Receitas adicionais	65
Artigo 37.º - Ajustamentos	66
Artigo 39.º - Incentivos	71
Artigo 40.º - Saldo regulatório	72
Artigo 41.º - Tarifa dos serviços de gestão de resíduos urbanos	75
Artigo 43.º - Tarifas dos serviços prestados a utilizadores finais	78
Artigo 45.º - Procedimento de definição dos proveitos permitidos e das tarifas	78
Artigo 85.º - Reporte anual de contas reais	80
Anexo I	81
Artigos 4.º ao 8.º do projeto de alteração	85
5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento	88
6. Conclusões	95

1. Enquadramento

O Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, aprovado em reunião do conselho diretivo da ERSAR, de 17 de fevereiro de 2014, e posteriormente homologado pelo Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia a 28 de fevereiro de 2014, foi publicado no Diário da República, 2.ª série, de 15 de abril de 2014, tendo iniciado a sua aplicação no decurso do ano de 2015.

A experiência decorrente dos primeiros anos da sua aplicação, nomeadamente ao primeiro período regulatório dos sistemas de titularidade estatal concessionados a empresas de capital maioritariamente privado, veio aconselhar a introdução de alguns ajustamentos a este regulamento tendo em vista a simplificação, flexibilização e clarificação de algumas das suas disposições.

Assim, e desde logo no que respeita à simplificação normativa do regulamento, procurou-se corresponder às principais pretensões das entidades gestoras dos serviços de gestão de resíduos urbanos através da uniformização dos procedimentos regulatórios de sistemas de titularidade estatal e municipal, salvaguardando-se, quando necessário, as respetivas especificidades, permitindo, desse modo, eliminar variadíssimos preceitos e tornando mais perceptível o modelo regulatório e respetivos ciclos.

Nesse sentido estabeleceu-se uma estrutura de regulação única aplicável a todo o setor, independentemente da titularidade do sistema e sem prejuízo das especificidades de cada modelo de gestão.

A efetiva implementação deste sistema único beneficia, para os sistemas em modelo de gestão direta, da definição de componentes dos proveitos permitidos de referência padronizados por clusters de entidades gestoras homogéneas, com o estabelecimento de limiares mínimos e máximos para os proveitos permitidos, habilitando, desse modo, a dispensa de apresentação de contas previsionais por parte das entidades titulares que fixem as tarifas no intervalo proporcionado pelos referidos limiares e a emissão de parecer tácito favorável às mesmas por parte da ERSAR.

A aplicação do modelo regulatório suportado em componentes padronizadas não exclui, também, a sua aplicação direta com recurso às contas previsionais nos casos em que tal seja aconselhável.

Introduziu-se a possibilidade explícita de as entidades titulares subsidiarem tanto os investimentos como a operação dos sistemas, em moldes que asseguram a necessária transparência dos custos do sistema, da parcela dos mesmos que é recuperada pela tarifa e dos que são objeto de subsídio.

Continuando a trajetória de alinhamento do regulamento com os objetivos constantes do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), incentiva-se a otimização da capacidade instalada através da partilha de infraestruturas, a construir ou existentes, contribuindo para a redução dos investimentos a suportar pela tarifa. Nesse sentido introduziram-se mecanismos explícitos de incentivo à partilha de infraestruturas, bem como penalizações à existência de infraestruturas que, podendo ser partilhadas, se mantêm ociosas.

Visando dotar este regulamento de flexibilidade necessária à sua adequação à evolução da realidade económica e financeira do setor, eliminou-se a prévia fixação da taxa de remuneração de ativos passando esta a ser definida em função do contexto económico e financeiro vigente e no âmbito de um processo participado, assegurando-se, deste modo, que a mesma refletirá o enquadramento relevante existente à data da sua fixação.

Por fim, e tendo presente a existência de flutuações tarifárias expressivas em determinadas entidades gestoras entendeu-se justificada a introdução de um mecanismo que, sem colocar em causa a estabilidade económico-financeira das referidas entidades, vem permitir o alisamento tarifário através da constituição de um saldo regulatório.

Nos termos do artigo 12.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º dos respetivos Estatutos, o projeto de revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos foi submetido a audição do Conselho Tarifário e a consulta pública.

2. Objeto

A Consulta Pública da ERSAR n.º 05/2017 teve por objeto o projeto de revisão do Regulamento Tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos (RTR), aprovado pelo Conselho de Administração da ERSAR em reunião de 6 de novembro de 2017.

Esta consulta decorreu entre os dias 7 de novembro e 20 de dezembro, tendo nesse período sido realizadas cinco sessões de apresentação e discussão do projeto de revisão do RTR em Coimbra,

Évora, Faro, Lisboa e Porto, as quais contaram com a presença de representantes de 126 entidades gestoras.

Foi ainda promovida a audição do Conselho Tarifário, que discutiu o projeto de regulamento em reunião de 6 de dezembro de 2017 e emitiu parecer em 29 de dezembro de 2017.

O relatório que agora se publica aborda as principais questões colocadas pelos participantes e a posição da ERSAR quanto às mesmas. Partilha-se, assim, com os participantes na consulta pública e quaisquer interessados, o resultado das reflexões adicionais a que a análise dos contributos conduziu.

3. Identificação das entidades que se pronunciaram

Para além do parecer do Conselho Tarifário da ERSAR, no decurso do período da consulta pública, pronunciaram-se 25 entidades sobre o projeto de regulamento.

Apresentaram comentários ou sugestões de alteração as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Alvito;
- Câmara Municipal de Arraiolos;
- Câmara Municipal de Avis;
- Câmara Municipal de Cuba
- Câmara Municipal de Évora;
- Câmara Municipal de Lisboa;
- Câmara Municipal de Moita;
- Câmara Municipal de Montemor-o-Novo;
- Câmara Municipal de Odivelas;
- Câmara Municipal de Oeiras;
- Câmara Municipal de Palmela;
- Câmara Municipal de Santo Tirso;
- Câmara Municipal de Seixal;
- Câmara Municipal de Sesimbra;
- Câmara Municipal de Setúbal;
- DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor;

- Empresa Geral do Fomento, em representação das concessionárias de sistemas multimunicipais, suas participadas;
- Empresa Municipal de Ambiente do Porto;
- ESGRA – Associação para a Gestão de Resíduos;
- GESAMB – Gestão Ambiental e de Resíduos, EIM;
- Miguel Alves;
- Pilar Batoréu;
- Raízes Ocultas;
- ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

Respondeu ainda à consulta pública n.º 5/2017, ainda que manifestando concordância e/ou ausência de sugestões de melhoria ao projeto de regulamento apresentado, a INOVA - Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, EM.

4. Apreciação dos comentários recebidos

A participação dos destinatários das normas no processo de elaboração das mesmas é essencial para a prossecução de vários objetivos, permitindo antecipar problemas na sua aplicação, quer porque os destinatários estão mais alertados para certas dificuldades de execução, concretas, quer porque se anteveem, desde logo, resistências através do contraditório.

Na sequência da consulta pública e da audição do Conselho Tarifário, que se revelaram instrumentos essenciais à consolidação de ideias e conceitos relativos à revisão do RTR, foram acolhidas diversas sugestões de alteração relativamente à proposta da ERSAR, conforme se evidencia abaixo.

4.1. Apreciação dos comentários gerais

O Conselho Tarifário emitiu um parecer favorável ao projeto de alteração do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, destacando a apreciação positiva feita pelos conselheiros representantes da Agência Portuguesa do Ambiente, da Associação Nacional de Municípios, das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais de titularidade estatal (Águas de Portugal), das entidades gestoras de sistemas de gestão de resíduos urbanos de titularidade estatal (EGF) e das entidades gestoras, públicas, de

sistemas de gestão de resíduos urbanos de titularidade municipal (Câmara Municipal do Barreiro), sem prejuízo de recomendar algumas melhorias abaixo indicadas.

Destacam-se as seguintes questões estruturais e transversais ao projeto de revisão do RTR, ou que não se referem especificamente à redação proposta levantadas na consulta pública:

a) Processo regulatório

Embora reconhecendo que houve um aumento do prazo de pronúncia das entidades gestoras dos sistemas de titularidade estatal, a EGF considera que o calendário de definição dos proveitos permitidos constante do RTR em vigor tinha uma cadência decisória que, não só permitia uma repartição mais adequada do esforço de preparação de um novo ciclo regulatório, como dividia a atuação do regulador em momentos que deveriam refletir diferentes objetivos regulatórios. Propõe assim que seja reposto o anterior encadeamento regulatório, ainda que tal implique algum deslizamento dos procedimentos iniciais (definição da Taxa de Remuneração dos Ativos e do Plano de Investimentos), defendendo ainda a antecipação da fixação de quantidades para o primeiro momento de decisão dos parâmetros genéricos.

Quanto a esta questão, a ERSAR compreende a intenção de alargar o tempo de reflexão, tanto da ERSAR como das entidades gestoras, sobre os vários parâmetros associados à definição dos proveitos permitidos e tarifas. Contudo, considera-se que seria desadequado não procurar incorporar nesse processo a melhor (mais atualizada) informação disponível à data de fixação definitiva dos proveitos e tarifas. De entre essa informação estão a consideração das contas reais das entidades gestoras, os planos de investimento entretanto aprovados, as quantidades a considerar para efeito de determinação de tarifas, as taxas de juro e outras condições dos mercados financeiros (no caso português, nem sempre estáveis), relevantes, nomeadamente, para o cálculo da TRA. Entende-se ainda que a definição do plano de investimentos pode (e deve) ser feita independentemente da sua remuneração, atendendo às necessidades do serviço público, num cenário de eficiência produtiva.

Acresce que, estando a ERSAR obrigada a fundamentar as suas decisões e dispondo as entidades gestoras de um prazo alargado de audiência prévia, não se vê razão para fixar com uma antecedência, que não a estritamente necessária, a definição dos vários parâmetros.

b) Simplificação normativa

O parecer do Conselho Tarifário identifica a simplificação e flexibilidade do RTR como um aspeto positivo da presente revisão, embora o seu Presidente e o conselheiro representante das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais de titularidade estatal (Águas de Portugal) tenham recomendado a redução dos aspetos objeto de remissão para o Documento Complementar, no sentido de reduzir a incerteza.

A este propósito a ERSAR entende que as regras fundamentais do modelo regulatório constam do RTR, tendo-se remetido para definição posterior apenas a operacionalização de alguns pormenores e os formatos de recolha de informação, ou a concretização de mecanismos (como os incentivos) que, para se poderem adaptar à evolução das necessidades do setor, não podem ficar já pré-definidos no RTR. Importa ainda notar que a elaboração de documentos complementares é sujeita a um procedimento de discussão pública, durante o qual todos os interessados poderão apresentar os respetivos comentários.

A EGF considera que o facto de matérias essenciais à definição e ao funcionamento do modelo regulatório aplicável serem remetidas para documento complementar ou até, para consulta em sede de definição dos proveitos permitidos das empresas, torna o presente regulamento um pouco opaco para o regulado, dificultando a sua pronúncia.

Sobre esta questão importa notar que o funcionamento do modelo regulatório será totalmente transparente na medida em que todas as regras e premissas de definição dos proveitos permitidos serão sujeitos a momentos de contraditório. A revisão do documento complementar que definirá o modelo das contas reguladas previsionais (CRP) e das contas reguladas reais (CRR), será precedida de um período de consulta pública e audição do Conselho Tarifário, durante o qual quer a EGF, quer as suas empresas participadas reguladas pela ERSAR, poderão apreciar a regulamentação proposta. Também a definição dos proveitos permitidos incluirá um período de audiência prévia das concessionárias, que lhes permitirá pronunciar-se sobre todos os aspetos da proposta de decisão.

c) Modelo regulatório

A EGF entende que a ERSAR, com a presente alteração ao RTR, assumiu acabar com o modelo *revenue cap*, procedendo a uma alteração profunda de abordagem regulatória, nomeadamente aumentando o risco do regulado.

A este propósito, salvo melhor opinião, parece-nos ter havido uma interpretação menos correta das notas explicativas apresentadas conjuntamente com o projeto de alteração do regulamento. Com efeito, na presente revisão do RTR optou-se pela manutenção do modelo de regulação baseado na determinação de proveitos permitidos, que não corresponde a um modelo de *revenue cap* puro, tendo-se introduzido alguns aperfeiçoamentos que se consideraram necessários, fruto da experiência adquirida com o primeiro período regulatório.

O modelo regulatório do RTR atualmente em vigor fixa tanto as receitas tarifárias (proveitos permitidos) como as próprias tarifas. Assim, o modelo regulatório atual não é o de *revenue cap* “puro” – uma vez que esse modelo pressupõe que apenas as receitas tarifárias seriam fixadas, deixando às entidades gestoras a definição das tarifas a aplicar, bem como o risco associado às quantidades (no caso, as de resíduos objeto de recolha indiferenciada) – nem o de *price cap* “puro” – modelo em que apenas as tarifas seriam fixadas, deixando às entidades gestoras o risco associado à procura.

O modelo atual, e que se mantêm, procura principalmente minimizar o risco suportado pelas entidades gestoras – muito para além do que está implícito nos modelos de *revenue cap* ou *price cap* – sendo, portanto, um modelo híbrido.

A revisão do RTR agora proposta apenas procura clarificar de forma mais transparente a atribuição de alguns riscos (*e.g.* o risco associado à eficiência energética, ou à eficiência do tratamento mecânico), e vai mais longe que o regulamento atual no objetivo de minimizar alguns riscos das entidades gestoras, nomeadamente alguns que se entende estarem para além da sua capacidade de gestão (*e.g.* o ajustamento de receitas adicionais).

No que respeita aos exemplos concretos apontados pela EGF quanto à partilha de risco (desvio de preços nas receitas adicionais e custos não controláveis), tais questões serão analisadas com mais detalhe a propósito das correspondentes normas (artigo 26.º, 34.º e 37.º).

d) Violação do princípio da autonomia local

Os Municípios de Alvito, Arraiolos, Avis, Cuba, Évora, Moita, Montemor-o-Novo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal alegam que "(...) *sem prejuízo de uma relação salutar que deve existir entre uma entidade como a ERSAR e os municípios, ela deve ser respeitadora dessa autonomia e deve circunscrever-se à emissão de recomendações, e ao apoio no exercício das suas competências e atribuições através de apoio técnico e divulgação de boas práticas*".

São apontados vários aspetos do RTR que, de acordo com estes municípios, contendem com o princípio da autonomia local, nomeadamente a obrigatoriedade de autorização prévia de investimentos e a definição de limiares aos proveitos tarifários. Consideram ainda que esta última imposição pode pôr em risco a possibilidade de acesso aos fundos do POSEUR tendo em conta o que prescreve a alínea b) do n.º 1 do artigo 91.º do respetivo Regulamento. A este propósito sustentam que *"É uma contradição obrigar a um determinado nível de recuperação de gastos, sobretudo numa perspectiva ex-ante, quando o objecto dos investimentos em regra, têm como elemento essencial, a melhoria da eficiência produtiva"*.

A propósito do mencionado, importa começar por notar que algumas das críticas decorrem de uma interpretação incorreta por parte dos municípios, na medida em que, por exemplo, a aprovação pela ERSAR de investimentos apenas é aplicável às entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal (vide n.º 1 do artigo 29.º do projeto de RTR).

Com efeito, a ERSAR respeita integralmente o princípio da autonomia local – quer na vertente da autodeterminação dos municípios na esfera das atribuições legalmente reconhecidas como suas, quer ainda na escolha dos modelos de gestão no que respeita à prossecução das mencionadas atividades.

No que refere em especial à fixação de tarifas, remete-se para o estatuído nos Estatutos da ERSAR e no artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), que permitem concluir que o procedimento de aprovação de tarifas dos sistemas de titularidade municipal não sofre qualquer alteração, na medida em que se prevê que as tarifas continuam a ser aprovadas pelo município, ainda que sujeitas a parecer prévio da ERSAR, como já decorre da lei.

A revisão do RTR pretende reconhecer a possibilidade explícita dos municípios (tal como qualquer entidade titular) subsidiarem tanto os investimentos como a operação dos sistemas, exigindo apenas que isso seja feito de forma clara e transparente – i.e. evidenciando os reais custos do sistema, a parcela coberta pelas tarifas, e o remanescente subsidiado pelo município. Significa isto que as tarifas finais a aplicar aos utilizadores serão determinadas pela própria entidade gestora, mantendo o respeito pela autonomia local na definição das tarifas.

A autonomia local não pode, porém, significar uma total ausência de regras na construção de tarifas. A exigência de um grau mínimo de recuperação de custos resulta do princípio do poluidor

pagador, decorrente do quadro jurídico nacional e comunitário, tendo como limite a necessidade de garantir a acessibilidade económica a um serviço essencial.

As regras do RTR procuram introduzir um maior rigor e fiabilidade no apuramento dos números dos sistemas municipais, bem como uma maior transparência na sua comunicação aos utilizadores e à ERSAR em linha com os princípios acima enunciados.

Também os critérios de elegibilidade do POSEUR, estabelecidos no regulamento aprovado através da Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, seguem estes mesmos princípios. Salienta-se, contudo, que os critérios de elegibilidade definidos no artigo 91.º do regulamento POSEUR são aferidos no âmbito da avaliação do reporte de contas reais e não previsionais, pelo que não se trata de uma perspetiva *ex-ante*.

e) Universalidade de aplicação do RTR

A EGF considera que a existência de regras de regulação distintas para os vários modelos de gestão (de titularidade estatal por um lado, e de titularidade municipal por outro, bem como, de entre estes, em gestão direta e em gestão delegada) provoca distorções no setor, pela perceção dada ao mercado dos “custos” dos sistemas, e, ao mesmo tempo, impede uma correta análise de *benchmarking*. Sustenta ainda que esta diferença pode introduzir efetivas assimetrias na atividade dos sistemas em particular nas situações de partilha de infraestruturas, por considerar que apenas em função das regras regulatórias se determinarão custos distintos.

A diferença nas regras (competências) de determinação das tarifas resulta, como reconhece a EGF, do quadro legal em vigor, constituindo, por esse motivo, uma condicionante externa ao próprio RTR. Não obstante, a ERSAR entende que as alterações introduzidas no RTR (particularmente a definição de componentes dos proveitos permitidos de referência padronizados por *clusters* de entidades gestoras homogéneas, com o estabelecimento de limiares mínimos e máximos para os proveitos permitidos e respetivas bandas tarifárias), assim como a prática regulatória permitirão uma progressiva harmonização dos critérios de determinação dos custos.

Os Municípios de Alvito, Arraiolos, Avis, Cuba, Évora, Moita, Montemor-o-Novo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, pelo contrário, consideram que a estrutura única de RTR aplicável a todo o setor, independentemente da titularidade do sistema, não se ajusta aos municípios, penalizando-os. Consideram que “o processo de regulação deve adoptar três níveis: um para a gestão privada

incidindo sobre o acompanhamento e fiscalização apertada dos contratos de concessão; outro para a gestão delegada em que se admitem algumas normas no relacionamento com os municípios, em especial para os que decorrem de empresas intermunicipais e em regime de parceria; e por último e apenas com carácter de recomendação, normas para a gestão directa.

Discorda-se por isso da uniformização dos procedimentos regulatórios, que embora refira a salvaguarda da especificidade dos sistemas municipais, a mesma não está presente nas normas previstas, quer pela imprecisão das formulações adoptadas aparentando aplicar-se aos municipais o que em bom rigor só se pretendia aplicar aos estatais, quer pela imposição de novas obrigações, que antes só se aplicavam aos sistemas estatais. Aproveitou-se a maioria do articulado actualmente em vigor para todos os sistemas, arrastando obrigações e impondo a intervenção da ERSAR, que não existiam para os sistemas municipais."

A este propósito, e sem prejuízo de a ERSAR reconhecer que a redação de algumas normas não era suficientemente clara quanto ao universo de entidades gestoras a que são aplicáveis, aspeto que se procurou corrigir, conforme melhor se evidencia abaixo, importa notar que a presente revisão do RTR pretendeu melhorar as regras aplicáveis ao modelo de gestão direta municipal. Com efeito, a redação atual consagrava um modelo muito simplista - receitas = custos, deixando ao critério dos municípios a própria definição do que consideravam como custo (por exemplo, alguns municípios incluíam o custo de capital, enquanto outros não o consideravam como custo) e não contemplando a existência de incentivos à eficiência e a desempenhos ambientalmente sustentáveis. De todo o modo, e com o objetivo de aligeirar as exigências de reporte de contas previsionais no que respeita aos municípios, introduziu-se o mecanismo de definição dos *clusters* assentes em custos de referência padronizados. Os procedimentos e a intervenção da ERSAR na definição das tarifas são também distintos, tendo-se procurado clarificar essa diferença com a reformulação da redação do artigo 45.º do projeto de revisão RTR.

f) Partilha de risco - eliminação do conceito de custos não controláveis

Embora reconheça o argumento apresentado pela ERSAR para a eliminação do conceito dos custos não controláveis (complexidade *versus* relevância), a EGF contesta esta opção, sustentando que aumenta o risco das Empresas quanto a matérias que estas não controlam e que a prática regulatória noutros setores demonstra que o conceito de "custos não controláveis"

pode ser um instrumento de previsibilidade e de certeza regulatória, diminuindo os conflitos entre regulador e regulado.

A experiência do primeiro período regulatório indica que o valor dos desvios/ajustamentos dos custos não controláveis é imaterial para as entidades gestoras (representando cerca de 2% do valor total dos ajustamentos nas últimas contas reais), embora todo o trabalho administrativo no seu apuramento e verificação tenha sido substancial, tanto para as entidades gestoras como para a ERSAR. Nesse sentido, reitera-se que a eliminação do conceito de custos de exploração não controláveis permitirá poupar tempo e custos administrativos, sem impacto relevante para as entidades gestoras ou para os utilizadores (i.e. através do seu impacto nas tarifas).

A ERSAR não se revê ainda numa hipotética inconsistência de posições, tal como parece resultar do documento da EGF. A relevância da definição de “custos controláveis” vs “custos não controláveis” traduz-se, em termos práticos, nos custos que são ou não passíveis de ajustamento, na eventualidade de ter havido um desvio entre as previsões realizadas em sede de definição de proveitos permitidos e os custos realmente incorridos. Nesse sentido, a definição de custos como controláveis ou não, não está de qualquer modo relacionada com a sua aceitação, para efeitos de proveitos permitidos. Isto é, e como exemplo, as indemnizações com despedimentos podem (ou não) ser aceites pela ERSAR como custo – sempre, e só, quando desse processo resultar um benefício líquido para os utilizadores – mas isso não significa que se as entidades gestoras excederem os valores de indemnização aceites (que deveriam corresponder aos aplicáveis por lei), esse desvio tenha necessariamente que ser suportado pelos utilizadores. Essa interpretação seria desvirtuar totalmente o conceito de “custo aceite”, uma vez que *a posteriori*, qualquer custo acabaria por ser, na prática, aceite.

A intenção que presidiu à introdução do conceito de “custo não controlável” no RTR atualmente em vigor foi apenas a de excluir dos riscos assumidos pelas entidades gestoras, os que resultassem de alterações legais relevantes, tal como o próprio n.º 2 do artigo 36º exemplifica.

Não se pode ainda deixar de notar que nem todos os riscos que não estão sob controle das entidades gestoras (“riscos não controláveis” na versão do RTR vigente) devem ser repassados para os utilizadores – o mesmo acontece, aliás, em qualquer atividade económica, em que as empresas ficam prejudicadas/beneficiadas pela evolução de inúmeras variáveis que lhes são externas (e.g. taxas de imposto e outros encargos, etc.). Não se pode, assim, assumir a premissa

de que todos os riscos exógenos à gestão das entidades gestoras são automática e obrigatoriamente transferidos para os utilizadores.

Por outro lado, quanto às regras dos ajustamentos aplicáveis no caso da verificação de desvios de preços nas receitas adicionais, ao contrário do que é referido pela EGF, não houve um aumento, mas uma diminuição do risco atribuído às entidades gestoras, na medida em que:

- Na redação em vigor, qualquer desvio das quantidades subjacentes às receitas adicionais era da responsabilidade das entidades gestoras, independentemente de poder ter havido um desvio da quantidade de resíduos objeto de recolha indiferenciada que afetasse esse desempenho. Na versão agora proposta esse risco é transferido para os utilizadores;
- Na redação em vigor, os desvios dos rendimentos das atividades complementares apenas são ajustados no primeiro período regulatório em que essas atividades fossem desempenhadas, correndo as entidades gestoras o risco de posteriores desvios. Na versão agora proposta, esse risco é totalmente (até ao limite dos resultados positivos) repassado para os utilizadores.

No que respeita aos desvios de preços de receitas adicionais, e conforme assinalado abaixo (vide artigo 37.º), na sequência dos comentários apresentados, a ERSAR considerou adequado não limitar os ajustamentos aos preços regulados ou fixados administrativamente, retomando uma redação próxima do RTR em vigor no que se refere a este aspeto.

Portanto, considera-se que a versão do RTR agora proposta apenas clarifica e reduz o risco atribuído às entidades gestoras no que se refere aos ajustamentos aceites.

g) Partilha de infraestruturas

A introdução de regras sobre partilha de infraestruturas foi um dos aspetos destacados como mais positivo no parecer do Conselho Tarifário.

A EGF, reconhecendo a importância de promover uma utilização mais eficiente da capacidade instalada, questiona a classificação da atividade de partilha de infraestruturas, sustentando que à luz do quadro legal e contratual em vigor (que apenas prevê atividades principais, atividades complementares e outras atividades não reguladas) deveria ser considerada uma atividade complementar.

A este propósito cumpre notar que a atividade principal das entidades gestoras (do ponto de vista da regulação) corresponde à gestão dos resíduos urbanos gerados na área geográfica do respetivo sistema. No caso das concessionárias, entidades criadas especificamente para gerir e explorar estes sistemas, o legislador admite que exerçam outras atividades, com determinadas condições que assegurem a manutenção do foco nas atividades para as quais foram criadas. Assim, o regime das concessões multimunicipais¹ admite o exercício (mediante autorização do concedente) de atividades que utilizem ativos afetos à atividade principal, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade, desde que este exercício não ponha em causa a concorrência, esteja harmonizado com os objetivos de serviço público e que a exploração e gestão de sistemas multimunicipais se mantenha com contabilidade própria e autónoma.

A partilha de infraestruturas de tratamento de resíduos entre entidades gestoras constitui uma forma de cooperação entre estas entidades para a prossecução do serviço público de que estão incumbidas (gestão dos respetivos resíduos), correspondendo, de resto, a uma das medidas preconizadas no PERSU 2020 com o objetivo de otimizar a capacidade instalada.

Sempre que uma entidade gestora utilize uma infraestrutura partilhada (em termos de propriedade e/ou utilização) para tratar os resíduos da sua área de intervenção está a prosseguir a sua atividade principal. A mesma classificação não pode já ser dada quando esteja em causa a utilização dessa mesma infraestrutura para prestar o serviço a outra entidade gestora, na medida em que estão em causa resíduos provenientes de outros sistemas. Entende-se, de todo o modo, que esta atividade, visando ainda a prossecução do serviço público regulado, não é idêntica às demais atividades que, usando as infraestruturas afetas ao serviço principal, se desenvolvem num ambiente de livre mercado.

Foi por este motivo que, no artigo 7.º, se autonomizou a identificação das atividades em partilha. Concede-se, porém, que as mesmas se incluem no conceito legal de atividades complementares e, nesse sentido, reformula-se a respetiva redação no sentido de as incluir nessa categoria.

De todo o modo, face às especificidades acima apontadas, entende-se ser de manter a diferenciação no regime aplicável à partilha de infraestruturas face às demais atividades complementares que se desenvolvam fora do quadro do serviço público. Assim, entende-se que,

¹ Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 221/2003, de 20 de setembro, na redação resultante das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto, e Base I e VII anexa ao Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho.

tratando-se de serviço público, as condições de prestação das atividades de partilha (nomeadamente o preço) devem estar sujeitas a parecer prévio do regulador e não será aplicável o coeficiente previsto no artigo 36.º, sendo as respetivas receitas integralmente deduzidas aos proveitos permitidos (tendo sido reformulada a redação do n.º 1 (*"Os resultados de exploração positivos imputados às atividades complementares fora do âmbito das atividades de serviço público são repartidos entre os utilizadores e a entidade gestora mediante a aplicação de um coeficiente a definir pela ERSAR, sendo a parte que reverte em benefício do utilizador considerada no apuramento dos proveitos permitidos, como benefício da atividade complementar"*) e aditado um novo n.º 3 nesse sentido com a seguinte redação: *"Os resultados de exploração positivos imputados às atividades complementares de serviço público são integralmente deduzidos no cálculo dos proveitos permitidos"*).

Neste sentido, reformulou-se ainda a redação do artigo 7.º, conforme se apresenta abaixo, bem como do n.º 4 do artigo 8.º (*"A prestação de serviços por uma entidade gestora a outras entidades gestoras que detêm participação na infraestrutura ou a entidades gestoras terceiras constitui uma atividade complementar de serviço público"*).

Sem qualquer alteração de sentido, procurou-se ainda clarificar a redação do n.º 1 do artigo 8.º, que se refere, de forma mais genérica, à partilha de infraestruturas (*"1 – A partilha de infraestruturas consiste na utilização de uma infraestrutura afeta à atividade principal de uma entidade gestora para a gestão de resíduos de outro sistema público de tratamento de resíduos urbanos, visando a otimização de capacidade instalada, ou na construção e/ou utilização de novas infraestruturas em partilha"*).

A EGF sustenta ainda que o modelo ora proposto pela ERSAR parece funcionar exclusivamente na base da penalização e não do incentivo à partilha.

A este propósito, refira-se que, no sentido de incentivar a partilha, o RTR prevê a redução ou não aplicação do coeficiente de "ociosidade" na medida da utilização da capacidade existente no âmbito de partilha com outras entidades gestoras (artigo 28.º), assim como admite (e agora na perspetiva das entidades gestoras que recorrem a infraestruturas de terceiros) a majoração dos custos de exploração (artigo 34.º).

h) Atividades complementares

A ZERO faz notar que os benefícios de atividades complementares (de otimização da capacidade instalada), em particular ao nível da prestação de serviços de tratamento de resíduos não urbanos, podem facilmente gerar impactos positivos, mas indesejáveis, ao nível dos proveitos permitidos, com implicações na tarifa a repercutir nos utilizadores, designadamente pelo risco de assumirem proporções indesejáveis e poderem potenciar problemas de concorrência.

Sobre este assunto cumpre referir que o exercício de atividades complementares se encontra sujeito a um conjunto de regras legais que, no caso dos sistemas multimunicipais se traduz na necessidade de autorização do concedente, sujeita à verificação de determinados requisitos, os quais são analisados também pela ERSAR quando solicitada a emitir parecer. As questões de concorrência, sendo igualmente relevantes, são analisadas pela Autoridade da Concorrência, a quem compete pronunciar-se em momento prévio à autorização das atividades complementares das concessionárias de sistemas multimunicipais, bem como fiscalizar o respeito pelas regras de concorrência durante o exercício das atividades por qualquer entidade gestora.

i) Estimação das tarifas

A Câmara Municipal de Santo Tirso salienta que a estimação das tarifas deve salvaguardar a possibilidade das entidades gestoras municipais, que não efetuam recolha seletiva no âmbito do sistema “em baixa”, virem a ser penalizadas pela inoperância ou falta de empenho, da entidade gestora “em alta”, em otimizar o sistema de recolha seletiva, para atingir as metas. Acrescenta ainda que a quantidade de resíduos entregues ao sistema “em alta” poderá ser superior às quantidades recolhidas indiferenciadamente, devido à entrega de resíduos provenientes da limpeza urbana, que não entram no sistema para tratamento, de forma a não penalizar as entidades gestoras “em baixa”.

No RTR o modelo de estimação da tarifa é definido em função das quantidades de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, atendendo a que os custos do tratamento dos resíduos provenientes da recolha seletiva são compensados através do pagamento do valor de contrapartida pelas entidades gestoras do fluxo de embalagens. Adicionalmente, pretende-se incentivar cada entidade gestora “em baixa” a obter um melhor desempenho relativo (considerando os restantes utilizadores de um mesmo sistema) na separação e seleção dos

resíduos – no caso, penalizando em termos relativos as entidades gestoras “em baixa” que entregarem para tratamento uma quantidade superior de resíduos indiferenciados.

No que respeita aos resíduos provenientes da limpeza urbana, os mesmos são objeto de tratamento por parte do sistema "em alta", pelo que são contabilizados para a estimação da tarifa a aplicar aos utilizadores municipais. Sem prejuízo, os custos associados à atividade de limpeza urbana, não devem ser repercutidos no utilizador final, por se tratar de uma atividade de serviço público não regulada.

j) Valores de contrapartida

A ZERO advoga que a fixação dos valores de contrapartida destinados a suportar os custos com a recolha seletiva seja da responsabilidade da ERSAR, tendo por referência o reporte anual de contas (a que se refere o artigo 85.º). Considerando que a fixação dos valores de contrapartida destinados a custear as operações de recolha de embalagens resulta de um Despacho do Ministério do Ambiente e não tem por base um reporte de contas específico, entende esta associação que a situação pode inflacionar indevidamente os proveitos em alguns sistemas. Ainda que possa ter um impacto positivo nas tarifas, entende que esta prática possui uma base legal duvidosa, já que a responsabilidade alargada do produtor não é nem pode ser motivo para incrementar artificialmente os resultados anuais das entidades gestoras.

A este propósito, refira-se que, nos termos da legislação específica e no quadro das suas atribuições, as responsabilidades da ERSAR consistem na colaboração com a Autoridade Nacional de Resíduos na definição do modelo económico e financeiro subjacente ao licenciamento de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos com interface com os resíduos urbanos, bem como na definição dos valores de contrapartida do fluxo de embalagens, e na emissão de parecer sobre as condições económicas e financeiras constantes dos processos de pedidos de licença. Qualquer alteração a esta atribuição de competências terá de ser efetuada em sede de legislação própria.

k) Aplicação das tarifas de resíduos urbanos a condomínios

No contributo de Pilar Bartoláu é proposto que o RTR isente das tarifas de resíduos urbanos (e saneamento) os condomínios que se encarregam da rega de espaços verdes pertencentes ao condomínio, mas de uso público, e que dispõem de contadores de rega apenas destinados a esse fim, não produzindo qualquer tipo de resíduos.

A este propósito cumpre notar que, já na atual versão, o artigo 17.º do RTR dispõe que apenas estão sujeitos às tarifas de resíduos urbanos os utilizadores a quem sejam prestados estes serviços, ou seja, aqueles que produzam resíduos urbanos que sejam recolhidos pelas entidades gestoras. Caberá, assim, averiguar, caso a caso se um dado condomínio produz resíduos de modo a determinar se lhe devem ser aplicadas as correspondentes tarifas. Em caso positivo, o artigo 20.º permite ainda que as tarifas variáveis não sejam indexadas ao consumo de água, designadamente quando tal indexação não se mostre adequada em função do tipo de atividade do utilizador, o que pode ser o caso de um condomínio cujo consumo de água se destine maioritariamente à rega de espaços verdes.

Importa, de todo o modo recordar, que havendo resíduos produzidos nas zonas comuns de um edifício, a sua gestão não se encontra abrangida pela tarifa doméstica paga por cada um dos condóminos (que se refere apenas aos resíduos produzidos dentro de cada habitação), devendo ser objeto de faturação autónoma.

I) Regime de IVA

A Empresa Municipal de Ambiente do Porto sugere a introdução de um artigo no RTR que clarifique o enquadramento do serviço público de gestão de resíduos urbanos em matéria de imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Não pondo em causa a pertinência desta questão e da necessidade da sua clarificação, entende-se que o RTR não pode tratar de matérias fiscais que extravasam as competências da ERSAR. As regras relativas ao IVA constam do Código do IVA, tendo a ERSAR procurado junto da Autoridade Tributária promover a clarificação da sua interpretação e aplicação e tendo dado oportunamente conhecimento dos resultados obtidos às entidades gestoras.

4.2. Apreciação dos comentários específicos ao articulado do projeto de regulamento

No presente capítulo são elencados os comentários e sugestões mais específicos de alteração da redação proposta, assim como apresentada a ponderação que os mesmos mereceram por parte da ERSAR, nomeadamente as razões de aceitação ou rejeição das propostas recebidas e consequentemente a redação final do mesmo. Transcrevem-se apenas as disposições que mereceram comentários por alguma das entidades participantes na consulta pública.

QUADRO

Análise dos comentários ao projeto de revisão do RTR

Artigo 2.º - Âmbito

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
4 – O modelo de determinação das tarifas é definido no Título IV, sendo aplicável a todos os sistemas independentemente da sua titularidade ou modelo de gestão, sem prejuízo das especificidades decorrentes de contratos de gestão delegada ou de concessão e do respetivo regime jurídico.	ESGRA GESAMB	Com a extensão da aplicação do RTR aos sistemas de titularidade municipal, a entidade reguladora vem reforçar e aumentar de forma muito significativa o poder exercido sobre as entidades gestoras, no sentido de determinar a forma de apurar as tarifas a aplicar, limitando assim a sua autonomia e aumentando as suas obrigações para com a ERSAR, o que se virá a traduzir num acréscimo de tarefas de reporte e complexidade de gestão processual.	A alteração do RTR concilia o direito dos sistemas de titularidade municipal à fixação das tarifas, procurando introduzir simplificação e transparência no reporte e na determinação das tarifas. No que se refere à autonomia dos municípios, reitera-se o acima exposto no ponto 4.1 d) <i>Violação do princípio da autonomia local</i> .	Sem alteração.

Artigo 3.º - Siglas e definições

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2 - Para efeitos do presente regulamento entende-se por:	CM de Odivelas	Deve ser reconsiderada a eliminação de algumas definições, como "ecoponto" e "ecocentro", entre outras.	No âmbito da revisão do RTR, as definições em questão foram eliminadas tendo em conta que não são referidas ao longo de todo o articulado.	Sem alteração.
	ESGRA GESAMB	Uma vez que ao longo do projeto de regulamento se continua a fazer		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		referência aos ecocentros questiona-se o alcance da revogação da alínea b) relativa à definição de “ecocentro”.		
w) «Entidade competente»: entidade a quem cabe definir os proveitos permitidos e as tarifas em função da titularidade do sistema, bem como do modelo de gestão, que no caso de sistemas de titularidade estatal é a ERSAR e no caso de sistemas de titularidade municipal são os municípios;	ESGRA GESAMB	Tendo em conta a importância desta definição e a sua referência ao longo de todo o diploma, sugerimos a sua densificação no sentido de identificar os modelos de gestão porquanto os sistemas municipais são todos os outros que não são de titularidade estatal.	Em todos os modelos de titularidade municipal permitidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (gestão direta, delegada e concessionada), os municípios são a entidade titular, pelo que não se vê a necessidade de os distinguir.	Sem alteração (todas as definições foram reordenadas alfabeticamente, pelo que a presente passou a ser a alínea c)).

Artigo 5.º - Princípios gerais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	CM de Oeiras	Sugere-se apresentar o entendimento que as entidades devem ter presente sobre cada princípio (é dado como exemplo o POCAL – Decreto-Lei N.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro, capítulo 3, Princípios e Regras / 3.1. Regras orçamentais).	Considera-se que o alcance/sentido dos princípios elencados na presente norma é suficientemente claro para os respetivos destinatários, traduzindo-se, a maioria, em objetivos que devem ser prosseguidos através da metodologia de cálculo das tarifas.	Sem alteração.

Artigo 6.º - Atividades das entidades prestadoras dos serviços

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>1 - As atividades reguladas desenvolvidas pelas entidades gestoras do serviço de gestão de resíduos urbanos são as que constam do artigo seguinte.</p> <p>2 - O exercício de atividades não reguladas pelas entidades gestoras só é admissível nos casos previstos na lei.</p>	ESGRA GESAMB	O n.º 2 é redundante, já que cada entidade, societária ou não, só pode prosseguir as atividades que a lei e os estatutos lhe permitem.	Acolhe-se a sugestão, mantendo-se a redação atual deste artigo	<p>1 - As atividades desenvolvidas pelas entidades gestoras do serviço de gestão de resíduos urbanos dividem-se em atividades reguladas e atividades não reguladas.</p> <p>2 - As atividades reguladas dividem-se em principais e complementares.</p>

Artigo 7.º - Atividades do serviço de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>1 - Para efeitos do presente regulamento são atividades do serviço de gestão de resíduos urbanos:</p> <p>d) O tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva e dos respetivos refugos e rejeitados.</p>	EGF	Como de um modo geral o tratamento dos refugos e rejeitados do TS é realizado em infraestruturas de TI parece-nos que a definição da alínea d) irá complicar o apuramento dos custos, uma vez que teremos de ter “custos de transferência” entre a atividade TI e a atividade de TS, sem que tal traga uma mais valia relevante.	Sugestão aceite, na medida em que se concorda que o tratamento dos refugos e rejeitados da atividade de recolha seletiva são tratados, regra geral, em infraestruturas de tratamento de resíduos resultantes da recolha indiferenciada.	"d) O tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva".

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2 - Para efeitos do presente regulamento são consideradas:</p> <p>b) Atividades em partilha: atividades de serviço público de gestão de resíduos afetas à atividade principal das entidades gestoras que decorrem da partilha de infraestruturas com vista à otimização da capacidade instalada ou a instalar;</p>	EGF	Entende-se que o tratamento de resíduos urbanos de outros municípios que não os municípios utilizadores constitui uma atividade complementar.	Redação reformulada, pelas razões apontadas acima no ponto 4.1 h)	<p>b) Atividades complementares: as atividades que, não estando integradas nas atividades principais, utilizam de forma duradoura ou esporádica, ativos afetos àquelas atividades, otimizando a rentabilidade dos mesmos, distinguindo-se entre:</p> <p>i. Atividades complementares de serviço público: prestação de serviços de gestão de resíduos urbanos a outras entidades gestoras do serviço de gestão de resíduos urbanos, nomeadamente que decorram da partilha de infraestruturas, com vista à prossecução do serviço público regulado por parte das entidades a quem esses serviços são prestados, otimizando a utilização dos ativos ou da capacidade instalada ou a instalar;</p> <p>ii. Atividades complementares prestadas fora do âmbito das atividades de serviço público de gestão de resíduos urbanos reguladas.</p>
	Raízes Ocultas	Sugestão de troca da ordem das alíneas, uma vez que a nova alínea b) constitui um aditamento.		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
c) Atividades complementares: as atividades que, não estando integradas nas atividades principais, utilizam de forma duradoura ou esporádica, ativos afetos àquelas atividades, otimizando a rentabilidade dos mesmos.	Miguel Alves	Deve esclarecer-se de forma clara se a prestação de serviços a grandes produtores se enquadra nas atividades complementares ou atividades não reguladas.	A prestação de serviço de gestão de resíduos urbanos a grandes produtores é considerada como atividade complementar sempre que implique a utilização de ativos afetos à atividade principal do serviço regulado, otimizando a rentabilidade dos mesmos. Será atividade não regulada se utilizar ativos distintos. Esta distinção resulta da definição de atividades complementares, não se julgando necessária a alteração da redação proposta.	Sem alteração quanto a este aspeto.
3 - As atividades principais referidas no número anterior incluem a prestação de serviços auxiliares que são conexos com o serviço de gestão de resíduos urbanos e que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de tarifa específica.	CM de Oeiras	Propõe-se fazer referência apenas aos Serviços Auxiliares, sem aludir o seu conceito, uma vez que o mesmo se encontra previsto na alínea p) do n.º 2 do artigo 3.º (Siglas e definições).	Sugestão aceite.	"3 - As atividades principais referidas no número anterior incluem a prestação de serviços auxiliares, <u>na aceção do artigo 3.º.</u> "
	ESGRA GESAMB	Sugere-se a densificação do que se entende por serviços auxiliares, por se considerar que pode gerar dificuldades na sua delimitação face ao que se entende por atividades complementares.	Para clarificação do conceito de serviço auxiliar, apenas aplicado às entidades gestoras que prestam serviço ao utilizador final, procedeu-se à densificação da definição de serviços auxiliares no artigo 3.º.	Nova redação da alínea r) do n.º 2 do art.º 3.º: «Serviços auxiliares»: serviços prestados pela entidade gestora, de carácter conexo com o serviço de gestão de resíduos urbanos, mas que, pela sua natureza, nomeadamente pelo facto de serem prestados pontualmente por solicitação do utilizador ou de terceiro, são objeto de faturação específica. <u>São</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				serviços auxiliares, designadamente a desobstrução e lavagem de condutas prediais de rejeição de resíduos e as recolhas específicas de resíduos efetuadas a pedido do utilizador.
5 - As entidades gestoras implementam uma contabilidade analítica autonomizada que permita a segregação dos fluxos económicos e financeiros gerados por cada uma das eventuais atividades não reguladas por si desenvolvidas.	CM de Oeiras	Propõe-se substituir "...contabilidade analítica..." por "...contabilidade de gestão..." que, apesar de se tratar de diferente terminologia para uma mesma realidade, passa a ter correspondência à terminologia, adotada para o efeito (Norma 27), no novo Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública (SNC-AP).	Acolhe-se a sugestão, alterando-se a redação. Introduziu-se ainda um aperfeiçoamento de redação quanto à segregação da contabilidade das atividades complementares (exigida por lei para as concessionárias de sistemas multimunicipais).	"5 - As entidades gestoras implementam uma contabilidade <u>de gestão</u> autonomizada que permita a segregação dos fluxos económicos e financeiros gerados <u>por cada uma das eventuais atividades complementares</u> , e que permita <u>segregar os fluxos associados às atividades não reguladas por si desenvolvidas</u> ."

Artigo 8.º - Partilha de infraestruturas

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	O regime aplicável à partilha de infraestruturas já existentes e à partilha de infraestruturas novas (a construir) deve ser diferenciado. No caso de novas infraestruturas não contestando o regime proposto, apenas	A ERSAR considera que a questão do destino das infraestruturas partilhadas no final da concessão, podendo ser relevante, particularmente do ponto de vista da exploração e articulação entre entidades, não constituirá um problema	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>questiona o que sucederá às mesmas no final das concessões, pois passará a haver propriedade cruzada de infraestruturas fora dos municípios que integram cada sistema multimunicipal, matéria com contornos institucionais e jurídicos que considera não dever ser menosprezada.</p> <p>No que respeita às infraestruturas existentes, a EGF considera muito importante que se reconheça no RTR, ou nas notas explicativas, que esta deve ser estimada tendo presente toda a projeção de quantidades até à sua utilização em cruzeiro, atendendo ainda a efeitos de sazonalidade ou outras circunstâncias recorrentes. Sustenta ainda que as concessionárias não podem ser penalizadas por sobredimensionamentos que resultem de decisões passadas devidamente enquadradas pelos mecanismos regulatórios à data existentes e a que a EGF é totalmente alheia.</p>	<p>inultrapassável na medida em que as bases das concessões dos sistemas multimunicipais (aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho) estabelecem regras relativas à reversão dos bens no final da concessão, as quais, salvo melhor opinião, serão aplicáveis independentemente da propriedade ser integral ou partilhada.</p> <p>Quanto à questão do sobredimensionamento das infraestruturas existentes, cumpre notar que, conforme resulta do n.º 7 do artigo 28.º do RTR, na versão constante do projeto em consulta pública, a aplicação do coeficiente de ociosidade depende da verificação da possibilidade de partilha. Assim, o que releva não é tanto a responsabilidade da entidade gestora pelo sobredimensionamento da infraestrutura, mas a sua responsabilidade por utilizar a capacidade ociosa sempre que seja possível a partilha.</p>	
	ZERO	Nem sempre a partilha de infraestruturas é a melhor opção do ponto de vista ambiental, em especial devido às emissões de gases com efeito	A análise da viabilidade de partilha da infraestruturas encontra-se sujeita a aprovação por parte das entidades competentes em que os impactos	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		de estufa associadas ao trânsito de resíduos a grandes distâncias.	ambientais referidos serão naturalmente tidos em consideração.	
2 - A titularidade de infraestruturas construídas em partilha tem de ser imputada a entidades abrangidas pela atividade regulatória da ERSAR.	ESGRA GESAMB	Em alguns casos esta exigência pode vir a traduzir-se num entrave à sua constituição, pelo que deveriam ser previstas situações em que pelo tipo de infraestrutura em causa possa haver lugar a exceções.	A ERSAR procurou salvaguardar os princípios da transparência e de defesa dos direitos do utilizador final.	Sem alteração quanto a este aspeto.
5 - O preço e condições contratuais das atividades em partilha referida no número anterior deve recuperar os respetivos custos de exploração, a remuneração e a recuperação dos investimentos objeto de partilha, nos mesmos termos que estão definidos para os restantes ativos.	EGF	Deve clarificar-se, por exemplo nas notas explicativas, que os custos das atividades partilhadas têm de ser os incrementais de longo prazo, para acautelarem eventuais depreciações antecipadas dos investimentos.	Relativamente ao “preço de partilha” a ERSAR não comunga da preocupação da EGF sobre a eventual depreciação antecipada dos investimentos, ou sobre custos de conservação e manutenção que poderiam variar ao longo do tempo, e cuja quantificação, num e noutro caso, seria necessariamente muito imperfeita. O mesmo se aplicaria relativamente ao cálculo do impacto que a maior utilização de uma infraestrutura (porque partilhada) pudesse hipoteticamente vir a ter na definição futura de um Plano de Investimento, que à data não está sequer definido ou aprovado. Nesse sentido, entender-se-ia melhor que a preocupação fosse a de refletir nos “preços de partilha”, corretamente, e a todo o tempo, os verdadeiros custos incrementais da entidade gestora que	No sentido de clarificar o sentido, reformulou-se a redação: "5 - O preço e condições contratuais das atividades em partilha devem recuperar os respetivos custos de exploração, a remuneração e a recuperação dos investimentos objeto de partilha, nos mesmos termos que estão definidos <u>para o serviço público</u> ."

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			detém e opera as infraestruturas objeto dessa partilha.	
	EGF	Deve ser sempre permitida uma margem de ganho para a empresa, sob a pena de, em rigor, haver uma “orientação aos custos” que mal se compreende no quadro de liberdade contratual que a ERSAR refere manter.	O regime de partilha de infraestruturas, tal como proposto no RTR agora em consulta, assenta na liberdade contratual das partes na definição dos preços e das restantes condições de remuneração e operação dessas infraestruturas – o que acomoda a possibilidade de haver um ganho que é partilhado entre a entidade gestora que detém a infraestrutura e a que o utiliza. Contudo, considerando que a prestação dos serviços em causa não está sujeita a um mercado concorrencial, e que será sempre a de um serviço público, as condições contratuais acordadas pelas partes devem estar sujeitas a um parecer prévio da ERSAR.	
6 - O preço pela utilização de uma infraestrutura partilhada é acordado entre as entidades envolvidas e submetida a parecer prévio vinculativo da ERSAR.	ESGRA GESAMB	O facto de o preço resultar de um acordo entre as partes e posteriormente submetido a parecer de natureza vinculativa pode traduzir-se numa maior complexidade e morosidade no estabelecimento da partilha.	O processo de definição do preço não tem necessariamente de ser mais moroso. O RTR dá flexibilidade às entidades para a escolha do modelo de partilha que melhor beneficie as partes envolvidas, tendo em conta o estabelecido no art.º 8.º.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	GESAMB	No caso das entidades envolvidas na partilha de instalações sejam maioritariamente públicas o parecer não deverá ser vinculativo, à	Reformulada a redação em conformidade.	“6 - O preço e <u>as condições contratuais</u> pela utilização de uma infraestrutura partilhada são acordados entre as

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		semelhança do parecer emitido relativamente à tarifa.		entidades envolvidas e submetidos a parecer <u>prévio da ERSAR, vinculativo no caso de sistemas de titularidade estatal.</u> "
	Raízes Ocultas	Importará aprofundar no presente artigo, a definição deste tipo de incentivos e o seu posicionamento nos Proveitos Permitidos e nas Bandas Tarifárias.	A concretização deste tipo de incentivos terá lugar em sede de documento complementar.	Sem alteração quanto a este aspeto.
8 - O exercício de atividades em partilha de infraestruturas suporta-se em contrato.	Miguel Alves	Questiona se nos casos em que exista já uma partilha de infraestruturas e que não esteja suportada em contrato e que já esteja acordada a forma de pagamento, por exemplo, por via de partilha de custos em função de uma dada variável, será exigida a formalização do acordo e se deve ser sujeito a parecer da ERSAR.	Para formalizar as atividades em partilha será sempre necessária a formalização dos acordos já celebrados ou a celebrar, devendo ser sujeitos a parecer da ERSAR. Não se considera, porém, necessário alterar a redação.	Sem alteração.

Artigos 11.º, 12.º, 13.º e 14.º (Revogados)

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais	CM de Odivelas	Deve ser reconsiderada a revogação integral do Capítulo II do Título II, que define as atividades do serviço de gestão de resíduos urbanos (Recolha indiferenciada de resíduos, Tratamento de resíduos resultantes da recolha	Não se vê qualquer vantagem em manter a definição das atividades em apreço porquanto elas serão devidamente detalhadas em sede de custeio regulatório no Documento Complementar	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		indiferenciada, Recolha seletiva de resíduos, Tratamento de resíduos resultantes da recolha seletiva).		
	ZERO	No artigo 13.º do RTR existente deve ser adicionada uma alínea g) relativa aos têxteis, já que este fluxo específico representa 4% dos RSU e, como tal, existe a necessidade de se evoluir rapidamente para uma solução que preveja uma corresponsabilização dos vários intervenientes no ciclo de vida destes resíduos, por forma a concretizar os objetivos de criação de uma economia mais circular.	De notar que o artigo 13.º foi revogado na redação de revisão do RTR. No entanto, a ERSAR, em sede de preparação das contas reguladas irá contemplar o fluxo específico dos resíduos têxteis.	

Artigo 16.º - Estrutura tarifária dos serviços prestados a entidades gestoras

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - Pela prestação do serviço de gestão de resíduos urbanos a entidades gestoras é aplicável, em cada sistema, uma tarifa idêntica para todas as entidades utilizadoras em função da quantidade de resíduos urbanos entregues resultantes da recolha indiferenciada, calculada nos termos do presente	ESGRA GESAMB	A aplicação de uma tarifa idêntica para todas as entidades utilizadoras no que respeita à prestação de serviço de resíduos urbanos em função da quantidade de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada pode traduzir-se numa desigualdade de tratamento tendo em conta a eventual existência de custos diferenciados	O modelo de RTR prevê que a tarifa seja idêntica para todos os municípios utilizadores do mesmo sistema em alta na medida em que estes assentam num princípio de solidariedade regional (os custos do serviço são repartidos por todos). Para além desta tarifa única, as entidades gestoras “em alta” podem incentivar as entidades a quem prestam	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
regulamento, à qual acresce o montante correspondente à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora com a taxa de gestão de resíduos.		existente na prestação dos serviços em causa.	serviços a entregarem parte dos seus resíduos através de esquemas de recolha seletiva (e.g. recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis), através da aplicação de uma tarifa de valor inferior à tarifa única.	
2 - As entidades que prestam serviços a outras entidades gestoras podem ainda aplicar uma tarifa específica idêntica para todas as entidades utilizadoras, em função da quantidade de resíduos urbanos biodegradáveis entregues.	CM de Santo Tirso	Considera-se que não resulta de uma forma clara, a que entidade gestora compete a implementação da recolha seletiva de RUB, para cumprimento das metas, nos casos em que intervêm duas entidades gestoras, uma “em alta” e outra “em baixa” e quando a recolha seletiva é uma competência da EG “em alta”. Entende-se que a entidade gestora “em alta” deve assumir tal responsabilidade se os contratos de prestação de serviços “em baixa” a vigorar nas entidades gestoras municipais não contemplarem quaisquer formas de recolha seletiva, representando os mesmos custos acrescidos para a EG “em baixa”.	A disposição aplica-se às situações em que a entidade gestora em baixa efetua recolha seletiva de RUB. Pretende-se assim incentivar a recolha seletiva deste fluxo e deste modo contribuir para o cumprimento das metas de preparação para reutilização e reciclagem. Sem prejuízo do exposto, não cabe ao RTR definir a quem incumbe a recolha seletiva de RUB. Não havendo norma legal que o impeça, cabe aos sistemas e seus utilizadores avaliar os modelos e as entidades responsáveis pela recolha com vista à prática de economias de escala e de eventuais sinergias. Note-se que, no caso dos sistemas multimunicipais, de acordo com o respetivo regime legal e correspondentes contratos de concessão, as concessionárias apenas são responsáveis pela recolha seletiva multimaterial, que não inclui a recolha seletiva de RUB.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
	Raízes Ocultas	Convirá aprofundar os termos da diferenciação da tarifa e a sua “bonificação” para efeitos de prossecução de objetivos do município e/ou do sistema integrante, assim como a sua consideração em termos de Proveitos Permitidos e das Bandas Tarifárias.	Pretende-se com esta redação dar abertura às entidades gestoras para, se assim o entenderem, aplicarem uma tarifa diferenciada para a recolha seletiva de RUB, de forma a promover comportamentos conducentes ao cumprimento das metas aplicáveis ao setor. Os termos em que a mesma se aplica serão propostos pela entidade gestora.	Sem alteração quanto a este aspeto.
	ZERO	Deve ser adicionado o seguinte texto à parte final da frase: “(…) com origem na recolha seletiva”. Num momento em que as Diretivas europeias apontam para que a valorização orgânica dos indiferenciados deixe de ser considerada reciclagem, faz sentido que a tarifa específica se refira apenas à possibilidade de serem entregues resíduos urbanos biodegradáveis (RUB) provenientes de recolha seletiva.	Sugestão aceite.	"2 - As entidades que prestam serviços a outras entidades gestoras podem ainda aplicar uma tarifa específica idêntica para todas as entidades utilizadoras, em função da quantidade de resíduos urbanos biodegradáveis entregues <u>com origem na recolha seletiva</u> ."

Artigo 18.º - Estrutura tarifária dos serviços prestados a utilizadores finais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Pela prestação dos serviços aos utilizadores finais domésticos e				

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>não-domésticos é aplicável, em cada sistema:</p> <p>a) A tarifa de disponibilidade, calculada com base anual de 360 dias e objeto de fracionamento por períodos de trinta dias, e proporcional ao intervalo temporal objeto da faturação considerando um ano de 360 dias, expressa em euros por cada trinta dias;</p>	<p>Miguel Alves</p>	<p>A nova redação desta alínea introduz uma complexidade desproporcionada numa tarifa que se destina a ser cobrada aos utilizadores. Não se compreende a referência aos 360 dias do ano comercial quando estamos a falar de serviços públicos essenciais, ou seja, serviços que estão sujeitos a uma lógica de prestação contínua (veja-se os livres verde e branco da UE sobre o assunto, nos quais são claramente identificadas as características destes serviços).</p> <p>Considera-se ainda difícil perceber como se operacionaliza na prática "uma tarifa calculada com base anual de 360 dias e objeto de fracionamento por 30 dias e [sobretudo] proporcional ao intervalo temporal objeto da faturação considerando um ano de 360 dias, expressa em euros por 30 dias.</p> <p>Sugere-se que se passe a referir a uma tarifa de disponibilidade diária, em linha com aquilo que vinha sendo preconizado pela ERSAR (vide modelo de fatura recomendado pela ERSAR), de uma tarifa definida para 30 dias, que culminou em muitos casos numa</p>	<p>Pretendia-se refletir a forma de cálculo proposta que visava eliminar as diferenças entre o número de dias de cada ano. De todo o modo, para maior transparência e inteligibilidade do cálculo optou-se por definir uma tarifa diária. Simplificou-se ainda a redação da presente norma.</p>	<p>"a) A tarifa de disponibilidade, <u>devida em função do intervalo temporal objeto de faturação e expressa em euros por dia;</u>"</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		faturação ao dia das tarifas fixas, por vezes por via da adaptação das tarifas mensais (através de uma fórmula comum x 12/365).		
	Raízes Ocultas	Questiona-se se esta situação será uniforme para os 3 serviços.	Reformulou-se a redação, conforme resposta ao comentário anterior. Embora o RTR apenas se aplique diretamente ao serviço de resíduos urbanos, a metodologia definida é válida igualmente para os serviços de abastecimento e saneamento.	
b) A tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço durante o período de trinta dias, expressa em euros por unidade de medida;	Miguel Alves	Considera-se que a redação desta alínea pode gerar dúvidas quanto à possibilidade de faturação por períodos diferentes de 30 dias. Sugere-se que se refira a uma tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço, expressa em euros por unidade de medida por 30 dias.	Redação reformulada.	"b) A tarifa variável, devida em função do nível de utilização do serviço durante o período <u>objeto de faturação</u> , expressa em euros por unidade de medida;"
d) O montante correspondente à repercussão do encargo suportado pela entidade gestora relativo à taxa de gestão de resíduos.	EMA Porto	Propõe a definição de uma metodologia de cálculo do valor de TGR a repercutir nos utilizadores finais e consequente uniformização da unidade de cobrança.	Tomou-se boa nota da proposta apresentada, considerando-se, porém, que deve ser sujeita a discussão pública, o que será feito em sede de apresentação e discussão do documento complementar relativo ao sistema de custeio regulatório.	Sem alteração.

Artigo 19.º - Aplicação da tarifa de disponibilidade do serviço de gestão de resíduos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - Estão sujeitos à tarifa de disponibilidade os utilizadores finais abrangidos pelo artigo 17.º relativamente aos quais o serviço de gestão de resíduos urbanos se encontre disponível, mesmo para os utilizadores que não tenham contratado este serviço ou o serviço de abastecimento de água.	DECO	Discorda-se da possibilidade de cobrança da tarifa de disponibilidade independentemente da contratação do serviço de resíduos ou do serviço de abastecimento contraria o teor do próprio artigo 17.º.	Corrigida a redação. Apenas se pretende que a tarifa de disponibilidade seja cobrada aos utilizadores que tenham contratado o serviço de resíduos urbanos. Note-se, de todo o modo, que o serviço de resíduos se considera contratado a partir do momento em que o mesmo seja utilizado/prestado (o artigo 63.º do Decreto-Lei n.º 194/2009 não exige a celebração de um contrato escrito pelo utilizador, mas apenas o envio pela entidade gestora das condições contratuais escritas).	"1 - Estão sujeitos à tarifa de disponibilidade os utilizadores finais abrangidos pelo artigo 17.º relativamente aos quais o serviço de gestão de resíduos urbanos se encontre disponível."
	Raízes Ocultas	A referência "... mesmo para os utilizadores que não tenham contratado este serviço ou o serviço de abastecimento..." conflitua com a obrigatoriedade da comunicação dos termos da prestação de serviço dos contratos de fornecimento.		

Artigo 20.º - Regras de aplicação da tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - A tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos é aplicável de acordo com uma das seguintes metodologias, sem prejuízo da adoção de outras, desde que devidamente justificadas perante a ERSAR: a) Euros por quantidade de resíduos urbanos resultantes de	Raízes Ocultas	Confirmar se o escalonamento PAYT entretanto proposto ainda não é	O projeto de revisão do RTR eliminou o escalonamento de tarifas, que	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
recolha indiferenciada no caso de medição direta do respetivo peso ou volume, através de metodologias vulgarmente designadas por PAYT;		aplicável / praticável, assim como se haverá também outras alternativas. De referir que a alínea b) do ponto ii) do tema 4 – Estimação de tarifas – Documento “Notas Explicativas RTR – final” cita também esse escalonamento que foi retirado.	anteriormente apenas se aplicava nos casos de adoção do sistema de medição direta dos resíduos recolhidos (metodologia vulgarmente designada por PAYT), de modo a simplificar a tarifação e a evitar eventuais injustiças na atribuição dos escalões aos utilizadores finais.	
b) Revogado.	Raízes Ocultas	Questiona se a revogação da alínea b) sugere a uniformização da tarifa variável aos utilizadores domésticos e não domésticos, diferenciando-se apenas em termos quantitativos.	Esclarece-se que a revogação da alínea b) está relacionada com a eliminação do escalonamento na alínea a) do mesmo número, que consequentemente confere a mesma metodologia para os dois tipos de utilizadores. A diferenciação tarifária entre utilizadores domésticos e não domésticos está prevista no n.º 2 do art.º 21.º.	Sem alteração.
c) A tarifa variável do serviço de gestão de resíduos urbanos é aplicável de acordo com uma das seguintes metodologias, sem prejuízo da adoção de outras, desde que devidamente justificadas perante a ERSAR.	CM de Lisboa CM de Oeiras	Considera-se necessário rever texto relativo à tarifa variável, pois, apesar de não apresentar qualquer metodologia para efeito de cálculo, apresenta um texto que indicia mais do que um método.	Por lapso, na republicação do regulamento tarifário de resíduos urbanos, constante do Anexo II, não foi transcrita a alínea c) do n.º 1, que não sofreu alteração no presente projeto de alteração do RTR.	"c) Euros por m ³ de água consumida, no caso de indexação ao consumo de água quando não exista medição direta do peso ou volume de resíduos urbanos produzidos."
	DECO	Não existe uma relação linear ou direta comprovada entre o consumo de água e a produção de resíduos urbanos, porquanto, esta opção vai contra o princípio do utilizador-pagador. A tarifa dos resíduos indexados ao consumo de água, modelo seguindo pela maioria das	Concorda-se que os sistemas PAYT são mais justos e equilibrados, refletindo bem o princípio do poluidor-pagador e incentivando a redução da produção de resíduos, no sentido em que “quem produz mais, paga mais”. De todo o modo, a generalização destes	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>autarquias, não é adequada como indicador da produção de resíduos, não respondendo às exigências atuais e às necessidades dos consumidores. Por um lado, não são valorizados comportamentos ambientalmente responsáveis, ou seja, não se beneficia quem separa o lixo, nem se incentiva à reciclagem.</p> <p>Considera-se assim que o regulamento proposto continua a não incentivar a aplicação do método que consideramos mais justo e equitativo – o método PAYT.</p>	<p>sistemas tem-se mostrado de difícil implementação, por várias razões de ordem técnica e económica. As barreiras que se têm verificado não podem ser ignoradas e só podem ser ultrapassadas através da divulgação e disseminação de informação sobre estes sistemas (o que tem vindo a ser feito pela ERSAR), assim como da criação de outras condições que permitam a implementação destes sistemas. Não seria realista impor esta metodologia no RTR sem que esse ambiente favorável esteja criado.</p> <p>Por outro lado, a indexação ao consumo de água, não tendo uma relação direta com a produção de resíduos, apresenta uma correlação que se entende aceitável.</p>	
	ZERO	<p>No que respeita à tarifa variável, parece-nos importante continuar a dar o sinal de que o sistema PAYT terá que, mais tarde ou mais cedo, vir a ser implementado. Todavia, é importante enfatizar que, no momento presente, são muito poucas as entidades gestoras que podem avançar para este modelo de cobrança, já que o mesmo pressupõe, a existência de soluções de recolha porta-a-porta, por forma a identificar clara e inequivocamente os utilizadores, a recolha seletiva dos biorresíduos, para além dos fluxos habituais e que o PAYT venha a ser aplicado de forma generalizada, para</p>		

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		não incentivar o trânsito de resíduos entre Municípios.		
	Miguel Alves	O regulamento continua a não ser suficientemente claro quanto à tarifa variável no caso de indexação. Não é absolutamente claro se a tarifa variável pode ou não ser definida por escalões.	A tarifa variável é linear, o que se considera resultar claro da ausência de referência a escalões.	
2 - A entidade gestora define a aplicação de uma ou de ambas as metodologias referidas no número anterior, podendo, neste último caso, ser efetuada uma aplicação diferenciada por área geográfica ou por utilizador final.	Miguel Alves	Questiona-se se podem ser definidas tarifas diferentes num mesmo concelho em função da periodicidade de recolha, ou criados subtipos de utilizadores por zona geográfica – exemplo: domésticos – vila; domésticos – zona 1; ou subtipos de utilizador por sistema de medição (não-domésticos – cafés – medição por contentor; não-domésticos – juntas de freguesia – medição por peso).	As entidades gestoras têm liberdade para definir a periodicidade e tipo de recolha que entendam ser mais convenientes do ponto de vista operacional. No entanto, as diferenciações tarifárias apenas podem ser impostas em função da tipologia de utilizador (doméstico/não doméstico) ou da metodologia de determinação da tarifa variável (PAYT, indexação ao consumo de água ou outra metodologia desde que devidamente justificadas perante a ERSAR nos termos do n.º 1 do artigo 20.º). A periodicidade da recolha só pode ser relevante em termos de diferenciação tarifária quando esteja associada à metodologia de quantificação dos resíduos recolhidos. Nas demais situações, a tarifa deve ser igual para todos os utilizadores independentemente da periodicidade de recolha realizada em cada área geográfica, atendendo ao princípio da	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			solidariedade regional que preside à definição das tarifas.	
3 - Quando seja adotada a metodologia prevista na alínea c) do n.º 1, não é considerado o volume de água consumido pelo utilizador quando: a) O utilizador comprove ter-se verificado uma rotura na rede predial de abastecimento público de água; b) O utilizador não contrate o serviço de abastecimento; c) A indexação ao consumo de água das tarifas variáveis aplicáveis aos utilizadores não-domésticos não se mostre adequada por razões atinentes a atividades específicas que prosseguem.	Raízes Ocultas	Quando se concilia a presente alínea com a alínea b) do n.º 5 do presente artigo, a leitura que subjaz é “Não se considera o volume de água quando o utilizador não contrate o serviço de abastecimento, indexando-se em alternativa o volume de água!”	Esclarece-se que ao utilizador final é aplicável uma tarifa de disponibilidade e uma tarifa variável. Nos casos em que a tarifa variável é calculada pela entidade gestora por indexação ao consumo de água, e se o utilizador final não tenha contratualizado o serviço de abastecimento de água, a entidade gestora estima a quantidade de resíduos produzidos com base no volume médio de água abastecida a utilizadores similares, que tenham por exemplo o mesmo agregado familiar.	Sem alteração.

Artigo 22.º - Tarifários sociais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - A entidade titular pode determinar a aplicação de tarifários sociais nas mesmas condições definidas por lei para	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba	Os tarifários sociais estão contidos no âmbito do poder regulamentar das autarquias locais, e da sua autonomia,	O RTR remete a aplicação dos tarifários sociais para a legislação aplicável aos tarifários sociais dos serviços de águas, nomeadamente o Decreto-Lei n.º	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
os tarifários sociais dos serviços de águas.	CM de Évora CM da Moita CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	pelo que não devem existir quaisquer normas sobre o assunto.	147/2017, de 5 de dezembro, cuja aplicação tem carácter voluntário e permite aos municípios a definição de critérios de elegibilidade adicionais desde que não sejam restritivos em relação aos previstos na lei. De todo o modo, porque a promoção da acessibilidade económica é um dos princípios orientadores destes serviços públicos essenciais, entende-se necessária a referência.	
	CM de Lisboa	Não deverá ser descartada a possibilidade de aplicação de tarifários sociais a não-domésticos, designadamente IPSS, cabendo assim às entidades titulares a opção/decisão política a sua concessão.	De acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, " <i>Os municípios podem estabelecer, mediante deliberação da assembleia municipal, outros critérios de referência, desde que não sejam restritivos em relação aos referidos nos números anteriores</i> ". Assim, considera-se que o Município como entidade titular pode definir outros critérios de atribuição de tarifário social, desde que o seu financiamento seja suportado pelo município.	Sem alteração.
	CM de Oeiras	Propõe-se a manutenção integral do artigo em vigor, apenas alterando o carácter obrigatório (atualmente em vigor) para opcional, conforme se depreende do novo teor proposto pela	Face à publicação do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, considerou-se necessário reformular a redação do atual RTR no sentido de promover a harmonização do âmbito de	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		ERSAR. A redação constante do protejo RTR em análise: i. Contraria o objetivo de clareza e simplicidade da informação pretendido; ii. Obriga as entidades gestoras responsáveis pela formação anual do Tarifário e pela sua aplicação e, bem assim, os utilizadores a consultarem legislação complementar (que poderá não ser a mais atual, adequada/pretendida); iii. Mesmo opcionais, os modelos dos Tarifários Sociais praticados podem ser diferentes entre entidades similares, podendo conduzir a desigualdades sociais entre diferentes municípios na sequência de aplicação de diferentes critérios.	aplicação dos tarifários sociais aplicados aos serviços de águas e de resíduos. Dado que o legislador do diploma acima referido (Decreto-Lei n.º 147/2017) entendeu que caberia aos municípios definir as reduções a aplicar nos tarifários de águas, entendeu-se que também nos serviços de resíduos essa decisão deveria caber aos municípios.	
	DECO	Considera-se que a aplicação de um tarifário social deve ser obrigatória nos vários municípios e com critérios harmonizados e objetivos com vista a garantir a acessibilidade económica e idêntico tratamento de utilizadores com carências económicas nos vários municípios.	Vide resposta ao comentário anterior.	
	Raízes Ocultas	Os tarifários dos serviços de águas também preveem desconto da componente variável igual ao valor do 1º escalão, para consumos até ao fim do	A remissão para a legislação para os tarifários sociais dos serviços de águas (Decreto-Lei n.º 147/2017) implica que	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		2º escalão (15m³), contudo nos tarifários dos resíduos, não há escalões. Questiona-se como se poderá definir este tipo de descontos quando se verifica uma tarifa variável única.	cabe aos municípios definir as reduções a aplicar aos tarifários sociais.	
2 - O financiamento dos tarifários sociais é suportado pela entidade titular.	CM da Moita	Sugere a manutenção do teor do atual RTR, devendo os encargos serem preferencialmente suportados pela entidade titular e não obrigatoriamente	Face à publicação do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, considerou-se necessário reformular a redação do atual RTR no sentido de promover a harmonização do âmbito de aplicação dos tarifários sociais aplicados aos serviços de águas e de resíduos.	Sem alteração.
	Raízes Ocultas	O financiamento dos tarifários sociais, sendo uma subsídio aos utilizadores do sistema, vai ter um impacto no Grau de Cobertura de Custos. Se for considerado diminuição de proveitos, não deveria também ser considerado como subsídio do sistema, para que esta garanta a acessibilidade económica, sem prejudicar o Grau de Cobertura de Custos. O ponto alterado pela presente proposta de alteração referia um subsídio da entidade titular à entidade gestora. Questiona como se reflete este princípio quando o Município na maioria dos casos é Entidade Titular e Entidade Gestora do Sistema "em Baixa".	O financiamento dos tarifários sociais deve ser feito por parte da entidade titular do serviço, a quem compete zelar pelos utilizadores que se encontram numa situação de carência económica, ou seja, a entidade Estado (local neste caso). A forma de subsidiar deve ser semelhante à atribuição de um subsídio à exploração do serviço, embora deva ser destacado dos demais dado que esta componente irá afetar o grau de recuperação de custos, que é apurado para o tarifário geral.	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3 - Revogado.	DECO	Não obstante, se concordar com a revogação do n.º 3 que previa que o tarifário social para utilizadores domésticos consistia na isenção da tarifa de disponibilidade, importa clarificar em que termos é aplicada a tarifa social, conforme já referimos anteriormente.	Ver resposta acima ao n.º 1.	Sem alteração.

Artigo 24.º - Período regulatório

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Considerações gerais ao artigo	Raízes Ocultas	Questiona o objetivo da repetição do tema do novo artigo 10º (Período Regulatório). Considera-se assim em “Disposições Gerais” e em “Regras Comuns”.	No artigo 10.º apresenta-se uma regra geral (definição das tarifas de acordo com períodos regulatórios), enquanto que no artigo 24.º se concretizam as durações dos períodos de regulação em função do modelo de gestão.	Sem alteração.
2 - Nos sistemas com serviços prestados em modelo de gestão delegada o período regulatório é de 5 anos, sem prejuízo de, nos casos permitidos pela legislação específica aplicável, poder ser fixado em 3 anos pela entidade reguladora, consoante o respetivo estado de desenvolvimento.	ESGRA GESAMB	Considera-se excessivo o período regulatório de 5 anos, apenas podendo ser estabelecido um período inferior pela ERSAR.	O período regulatório depende do modelo de gestão de cada uma das entidades gestoras. No caso da gestão delegada de sistemas de titularidade municipal, o período definido de 5 anos tem por base o estabelecido na legislação aplicável, designadamente o n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
3 - O período regulatório dos sistemas com serviços prestados em modelo de gestão direta tem a duração de um ano civil.	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita CM de Lisboa CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	Não se compreende a existência de períodos regulatórios distintos para entidades prestadoras do mesmo tipo de serviço. No sentido de permitir aplicar uma perspetiva de longo prazo que assegure maior estabilidade tarifária, os períodos regulatórios na gestão direta devem ser mais longos do que um ano.	Os períodos regulatórios definidos tiveram em consideração a titularidade e o modelo de gestão das entidades gestoras. No caso dos sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta foram atendidos os constrangimentos decorrentes da necessidade de compatibilização do prazo de definição de tarifas com os prazos de vigência dos orçamentos municipais, bem como com o princípio da não consignação das receitas municipais que prejudicaria a aplicação nos anos subsequentes de um eventual saldo regulatório acumulado, pelo que se definiu o prazo de um ano. Sendo os proveitos e tarifas definidos por períodos de um ano não são necessários ajustamentos.	Sem alteração.

Artigo 26.º - Proveitos permitidos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	ESGRA GESAMB	Alerta-se para a dificuldade da entidade gestora em definir as contas previsionais para o ano subsequente nas datas previstas pela ERSAR.	Salienta-se que o RTR já se encontra em implementação no caso das entidades multimunicipais de capitais maioritariamente privados neste modelo de definição de proveitos	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			permitidos. Acresce ainda que as entidades gestoras com modelo de gestão delegada, aquando da celebração do seu contrato, já estabelecem os dados previsionais para a definição da trajetória tarifária que devem considerar um horizonte temporal de 15 anos, vinculativo para os primeiros 5 anos, de acordo com a legislação aplicável em vigor.	
2 - Os ajustamentos e a variação do saldo regulatório não são aplicáveis às entidades gestoras em modelo de gestão direta.	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita CM de Lisboa CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	<p>Não se compreende a não aplicação do saldo regulatório aos municípios/serviços municipalizados com vista a permitir o alisamento das tarifas.</p> <p>Sugestão: Permitir o saldo regulatório a todas as entidades gestoras, independentemente do modelo de gestão.</p>	Vide resposta ao comentário feito ao artigo 24.º.	Sem alteração.
	ESGRA GESAMB	Não se compreende o alcance desta disposição.	Atenta a lógica anual dos orçamentos municipais, assim como o princípio da não consignação, não se julga aplicável os objetivos que orientam a utilização dos mecanismos dos ajustamentos e do saldo regulatório (veja-se a resposta	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			dada ao comentário de vários municípios ao artigo 24.º.)	
<p>7 - Para os sistemas de titularidade municipal sob gestão direta a ERSAR pode definir componentes dos proveitos permitidos de referência padronizados por clusters de entidades gestoras, e fixar limiares máximos e mínimos para os proveitos permitidos.</p> <p>8 – Os clusters referidos no n.º anterior são estabelecidos em função de denominadores comuns às várias entidades gestoras neles incluídas e, sem prejuízo da sua publicitação no sítio da internet da ERSAR, são objeto de comunicação às entidades gestoras respetivas para efeito de exercício do direito de audiência prévia.</p>	CM de Lisboa	Deve ser clarificado o procedimento a utilizar pela ERSAR nestas padronizações, pois a dimensão da prestação de serviço no Município de Lisboa não é comparável com outros municípios. A base de referência deverá estar exemplificada.	A definição de <i>clusters</i> irá ser efetuada pela ERSAR em função da evolução do setor e da informação disponível sobre os sistemas. Pretende-se que este trabalho seja realizado com a participação dos municípios, que serão oportunamente auscultados e envolvidos ao longo de todo o processo. Reformulou-se a redação do n.º 7 no sentido de clarificar que a análise dos clusters terá em consideração entidades gestoras de características homogéneas.	"7- Para os sistemas de titularidade municipal sob gestão direta a ERSAR pode definir componentes dos proveitos permitidos totais de referência padronizados por clusters de entidades gestoras, <u>considerando grupos de entidades homogéneas para efeitos de determinação de custos</u> , e fixar limiares máximos e mínimos para os proveitos permitidos totais."
	CM de Santo Tirso	Devem acautelar-se as situações das entidades gestoras municipais que prestam serviços de recolha de resíduos urbanos, no âmbito de contratos de prestação de serviços, celebrados com empresas particulares, que determinam preços para o serviço. Pois para estes casos, torna-se difícil a prática de fixação de custos por parte da ERSAR, a aplicar em função da tecnologia existente de forma a obter custos de operação eficientes, porque os preços do serviço são fixados por contrato e são preços impostos pelo mercado.	Pretende-se introduzir uma forma simplificada de apuramento de custos e de determinação das tarifas aplicáveis aos municípios, dividindo-os por grupos (<i>clusters</i>), consoante as suas características (e.g. nº de clientes, dispersão geográfica, nível de subsidiação dos investimentos, etc.). Para cada um destes grupos definir-se-ão custos <i>standard</i> próprios – que se repercutirão nas tarifas –, podendo contudo os municípios optar pelo apuramento direto dos seus custos e investimentos específicos, sempre que	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Em caso da existência de contrato de prestação de serviços, entre municípios e as empresas privadas, o preço do serviço a liquidar pela entidade gestora terá que obedecer às condições contratuais estabelecidas no contrato, tornando-se difícil ou impossível a sua alteração por imposição da ERSAR.	dispuserem de contabilidade analítica desenvolvida e fiável.	
	Raízes Ocultas	Convirá analisar estas vertentes penalizadoras sob pena do Princípio da Recuperação de Custos colidir com o Princípio de Estabilidade Tarifária e com o Princípio de Salvaguarda da Acessibilidade Económica, uma vez que, comparando <i>clusters</i> aparentemente comparáveis, se imputem aumentos de tarifas incomportáveis para a densidade populacional das áreas consideradas. Os territórios de baixa densidade terão necessariamente custos unitários de exploração maiores, assim como risco de acessibilidade económica mais significativos, o que significa que tal pode originar vinculações de tarifas de resíduos distorcidas da realidade sócio-económica em que se inserem.		

Artigo 28.º - Base de ativos regulados

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - Para cada ano do período regulatório são estabelecidas, pela ERSAR, bases de ativos regulados, abreviadamente designadas por BAR, que são constituídas pelos ativos afetos à exploração de cada uma das atividades principais, considerando as informações prestadas pelas entidades gestoras, nomeadamente as relativas às contas reguladas, previsionais e reais, e aos planos de investimentos.	CM de Lisboa	Não é perceptível se “as bases de ativos regulados”, constituídos pelos ativos afetos à exploração de cada uma das atividades principais (plano de investimentos com execução física e financeira e respetivas amortizações) a enviar à entidade reguladora também abrange as entidades gestoras em baixa. Deve clarificar-se esta questão, distinguindo entidades gestoras em alta e em baixa.	Conforme resulta do artigo 45.º do projeto, as entidades gestoras em modelo de gestão direta estão dispensadas do envio das contas previsionais se os correspondentes proveitos se encontrarem dentro das bandas definidas pela ERSAR. Nestas situações terão apenas que fornecer as contas reais à ERSAR, as quais incluem dados sobre a BAR e respetivas amortizações e subsídios, e os seus planos de investimento (conforme artigo 28.º)	Sem alteração.
	EGF	Propõe-se a manutenção da referência aos ativos das atividades complementares.	A redação proposta mantém exatamente o mesmo conceito de BAR e de utilização de ativos por parte das atividades complementares do RTR atualmente vigente (Isto é, as atividades complementares apenas utilizam ativos afetos às atividades principais, de modo a poder otimizar a sua rentabilização (cfr. art. 7º, n.º 2, al. b) do RTR vigente vs art. 7º, n.º 2, al. c) da versão revista do RTR ora proposta), pelo que não têm ativos regulados que lhes sejam próprios/exclusivos. No caso de haver ativos exclusivamente afetos a atividades complementares, eles não são remunerados nem a sua	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>amortização é considerada na determinação dos proveitos permitidos (não são ativos regulados).</p> <p>A alteração proposta à redação da definição de BAR relativamente à versão vigente (cfr. art. 28º, n.º 1 do RTR agora proposto vs art. 29º, n.º 2 do RTR vigente) apenas pretende clarificar esta interpretação – e não alterá-la.</p>	
<p>7 – Para efeitos de remuneração dos ativos considerados na BAR, o valor destes é ponderado por um coeficiente relativo à respetiva capacidade utilizada face à capacidade licenciada, ajustado pela utilização em partilha, sempre que haja uma alternativa economicamente viável para a entidade gestora aumentar os níveis de capacidade utilizada.</p>	<p>Conselho Tarifário (Águas de Portugal)</p>	<p>As entidades gestoras que não possam partilhar infraestruturas por impedimentos legais (nomeadamente por questões associadas às regras de contratação pública) não devem ser penalizadas.</p>	<p>Se houver impedimentos, legais ou outros, não se pode considerar que existe uma alternativa de partilha.</p>	<p>Sem alteração quanto a este aspeto.</p>
	<p>EGF</p>	<p>A verificação da existência de alternativas economicamente viáveis deveria fazer-se pela iniciativa das entidades gestoras (todas elas), pois sempre que haja oportunidade de ganhos de eficiência elas deverão ser as primeiras interessadas em fazê-lo, sendo que se alguma assumir um papel negocial irrazoável, a outra parte tem interesse em denunciar isso à ERSAR, que então poderá assumir o papel de arbitrar o diferendo. Por outro lado, a aplicação do coeficiente de utilização de capacidade deveria ainda estar</p>	<p>Aceita-se o aditamento relativo à verificação da viabilidade técnica. No entanto, julga-se que, nas atuais circunstâncias, será importante um estímulo à iniciativa das entidades gestoras para identificar todas as oportunidades de partilha de infraestruturas, sendo que, por outro lado, se entende que a recusa de uma proposta não é condição necessária para verificar a existência de oportunidades de partilha.</p>	<p>"7 – (...) sempre que haja uma alternativa <u>técnica</u> e economicamente viável para a entidade gestora aumentar os níveis de capacidade utilizada."</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		condicionado à viabilidade técnica dessa partilha, pois pode haver condições de natureza técnica que condicionem tal partilha e que terão de ser atendidas. Propõe-se, assim, que a redação do n.º 7 do artigo 28 passe a referir "...alternativa técnica e economicamente viável..." e que seja acrescentado no final da frase "...capacidade utilizada, apresentada à concessionária em tempo útil e por esta rejeitada".		
	EGF	Propõe-se que seja retirada a menção à capacidade utilizada <i>versus</i> capacidade licenciada, na medida em que a capacidade licenciada corresponde a um teto máximo para efeitos de licenciamento ambiental e, muitas das vezes, não corresponde à capacidade técnica efetiva da instalação.	Pese embora se considere que a capacidade licenciada é o referencial mais objetivo para determinar o coeficiente de ociosidade, aceita-se que, por vezes, corresponde a uma capacidade de funcionamento máxima nem sempre coincidente com a capacidade técnica da instalação, pelo que o coeficiente será ponderado entre a capacidade utilizada face à capacidade nominal e/ou licenciada.	"(...) o valor destes é ponderado por um coeficiente relativo à respetiva capacidade utilizada face à capacidade <u>nominal e/ou</u> licenciada, ajustado pela utilização em partilha (...)"
8 - Os ativos totalmente amortizados nos termos do disposto no artigo 33.º e que ainda se encontrem em funcionamento integram a BAR pelo valor equivalente a um ano	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita	Esta regra distorce regras contabilísticas, assumindo a entidade reguladora o papel do legislador contrariando nomeadamente a legislação a que os municípios estão vinculados e que, entre outros aspetos,	Não se está a sugerir qualquer revalorização do património ou dos ativos, ou qualquer alteração à contabilidade própria das entidades gestoras, mas apenas a atribuir um incentivo à utilização de ativos para	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de amortização, líquida de eventuais subsídios, quando se mostre adequada a extensão do seu período de utilização, ajustado pelo coeficiente referido no número anterior, quando aplicável.	CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	só permite eventuais revalorizações do património na base de lei habilitante e que não existe.	além da respetiva vida útil, se apropriado, com a consequente poupança de custos de investimento, que se traduz num benefício positivo para os utilizadores do serviço. Note-se ainda que as contas fiscais e regulatórias não são necessariamente idênticas, na medida em que obedecem a propósitos distintos.	

Artigo 29.º - Investimentos aceites

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	Raízes Ocultas	Sugestão de troca de numeração para serem coerentes com a deliberação atualmente publicada em Diário da República, pois a proposta de alteração dos presentes artigos está a revogar alíneas que não existem.	A reordenação dos artigos foi intencional.	Sem alteração.
1 - Para efeitos de determinação dos proveitos permitidos as entidades gestoras remetem à entidade reguladora, quando esta for a entidade competente para a definição dos respetivos proveitos permitidos e tarifas, nos termos por esta definidos, uma proposta do plano de	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela	A obrigatoriedade da autorização prévia dos investimentos a realizar viola o princípio da autonomia local, o que não pode ser aceite pelos municípios.	Conforme definição constante da alínea w) do n.º 2 do artigo 3.º, deve entender-se por entidade competente a entidade a quem cabe definir os proveitos permitidos e as tarifas em função da titularidade do sistema, bem como do modelo de gestão, que no caso de sistemas de titularidade estatal é a ERSAR e no caso de sistemas de	“1 - Para efeitos de determinação dos proveitos permitidos <u>totais</u> as entidades gestoras <u>de sistemas de titularidade estatal</u> remetem à entidade reguladora, quando esta for a entidade competente para a definição dos respetivos proveitos permitidos e tarifas,

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
investimentos contendo a respetiva execução física e financeira para o período regulatório em causa.	CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal		titularidade municipal são os municípios. Deste modo, a aprovação dos planos de investimento das entidades gestoras em gestão direta é da competência municipal. Não obstante, propõe-se uma clarificação da redação.	nos termos por esta definidos, uma proposta do plano de investimentos contendo a respetiva execução física e financeira para o período regulatório em causa.”
5 - As entidades gestoras podem, sem prévia autorização da ERSAR, efetuar investimentos não previstos no plano inicial desde que o seu valor não exceda 0,5% do valor da BAR do início do período regulatório nem 25.000€ por entidade gestora, ficando a sua inscrição definitiva na BAR sujeita a aprovação posterior da ERSAR.	EGF	Propõe-se melhoria de redação que clarifique que o montante de 25.000 euros se aplica apenas a empresas em que 0,5% da BAR seja inferior àquele montante.	Aceita-se a sugestão, clarificando-se a redação.	"5 – As entidades gestoras podem, sem prévia autorização da ERSAR, efetuar investimentos não previstos no plano inicial desde que o seu valor não exceda <u>o maior de entre</u> 0,5% do valor da BAR do início do período regulatório <u>ou</u> 25.000€ por entidade gestora, ficando a sua inscrição definitiva na BAR sujeita a aprovação posterior da ERSAR".

Artigo 30.º - Taxa de remuneração de ativos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	Entendendo que o mecanismo de incentivos à partilha de infraestruturas previsto no projeto de alteração ao RTR é enviesado, propõe-se o aditamento de um novo número ao presente artigo	A ERSAR não considera ser necessária nem útil a hipótese proposta. Tal como já referido anteriormente, a mera existência de incentivos corresponde a uma transferência de valor entre	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		com a seguinte redação: “4 – A taxa de remuneração dos ativos será majorada no caso dos ativos partilhados e dos ativos em fim de vida.”. Será então necessário proceder em conformidade a alterações do n.º 7 do art.º 8 e do n.º 8 do art.º 28º”.	Utilizadores e entidades gestoras, pelo que a sua consideração só se justificará nas circunstâncias em que sejam imprescindíveis para a obtenção dos resultados desejados. A ERSAR concorda que é útil incentivar a partilha de ativos e prolongar a utilização de ativos mesmo para além da sua vida útil, mas considera que os incentivos previstos no n.º 7 do artigo 8.º e no n.º 7 do artigo 28.º já cumprirão esse objetivo.	
1 - A taxa de remuneração de ativos (TRA) é fixada pela ERSAR para cada período regulatório refletindo a evolução do enquadramento económico e financeiro aplicável ao setor.	CM de Alvito CM de Arraiolos CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	É um absurdo o que se pretende com a aplicação da Taxa de Remuneração de Ativos, pois no caso dos municípios, tratando-se de um serviço público essencial e originário das suas atribuições e competências, não faz sentido estar a defini-la, sendo que esta deveria ser nula. Veja-se a situação caricata de estar a remunerar a uma qualquer taxa, uma percentagem ainda que residual, do edifício dos paços do concelho.	A ERSAR, em sede de definição da TRA, irá atender ao perfil específico das entidades gestoras em modelo de gestão direta. A Taxa de Remuneração de Ativos corresponde ao custo de oportunidade que está sempre associado a qualquer investimento. Nesse sentido, a inclusão de um custo de capital – produto desse custo de oportunidade (TRA) pelo valor do investimento realizado (BAR), adicionado ainda do reembolso do valor investido (expresso nas amortizações) – aplica-se a qualquer entidade gestora, independentemente da sua titularidade ou modelo de gestão. O que pode certamente ser questionado é se essa TRA será a	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			mesma para todas as entidades gestoras (ou no limite, de 0), quer pela estrutura financeira, quer pelo custo da dívida ou dos capitais próprios que possa ter implícitos. Nesse sentido, a ERSAR procurará que o real custo de oportunidade de financiamento das infraestruturas esteja devidamente reflectido na TRA a aplicar aos municípios.	
	ESGRA GESAMB	No que respeita à eliminação das fórmulas exatas de estimação de cada um dos parâmetros da TRA, colocam-se reservas sobre a possibilidade de a ERSAR poder e dever garantir que a TRA refletirá, para cada período regulatório, o custo de financiamento que as entidades gestoras obtêm, questionando-se se não se trata de uma decisão de gestão que deveria caber precisamente às entidades gestoras. Entende-se que os parâmetros da TRA estimados pela ERSAR podem não corresponder aos valores reais obtidos pelas entidades gestoras, uma vez que as decisões de financiamento são da exclusiva responsabilidade destas, podendo optar pela estrutura de capitais ou pelas formas de financiamento concretas que	Todas as decisões de financiamento dos sistemas (e.g. modelo de financiamento, prazo, montante, taxa de juro fixa ou variável, etc.) cabem exclusivamente às respetivas entidades gestoras, não se pronunciando nem propondo a ERSAR qualquer forma concreta ou ideal de financiamento. Nesse sentido, os vários parâmetros implícitos na TRA correspondem apenas a um conjunto de condições de financiamento possíveis, e consideradas eficientes para efeitos de repercussão nas tarifas. Relativamente à TRA, tal como para os custos de exploração, o princípio é sempre o de repercutir nas tarifas o que se considera ser um custo eficiente (de financiamento como de operação), independentemente das	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		entenderem ser mais convenientes, pelo que se reitera que deveria caber a cada entidade gestora definir a sua TRA.	opções de gestão e dos custos reais incorridos pelas entidades gestoras.	
2 - A taxa de remuneração resulta da combinação dos custos de financiamento e estrutura de capital considerados adequados para o setor..	EGF	Propõe-se que o n.º 2 passe a ter a seguinte redação: “A taxa de remuneração corresponde ao custo médio ponderado do capital, considerada adequada para o setor”.	<p>A ERSAR compreende o objetivo da EGF na sua pretensão de explicitar no RTR a aplicação do custo médio ponderado dos capitais como metodologia de estimação da TRA – mas apenas no sentido da “linguagem comum”, e não no da “linguagem financeira” ou “técnica”.</p> <p>A metodologia “técnica” de estimação do custo médio dos capitais próprios pressupõe que se utilizem nesse processo os custos de financiamento que as entidades gestoras poderiam obter à data em que esse cálculo é feito (i.e. sem considerar custos de financiamentos contratados em períodos anteriores), e pelo período a que essa TRA se aplique (no caso, por 3 ou 5 anos, consoante o período regulatório). Mas a aplicação direta destes pressupostos poderia incentivar as entidades gestoras a contratarem financiamentos por prazos demasiado curtos, e eventualmente desadequados, considerando a vida útil de grande parte dos investimentos do sector.</p>	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			Nesse sentido, e embora em termos “comuns” a ERSAR se proponha estimar o custo médio ponderado dos capitais na determinação da TRA (provavelmente com o mesmo espírito com que a EGF se refere a esse método), não seria “tecnicamente” correto incluí-lo no RTR.	

Artigo 33.º - Amortizações do exercício

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	Considera-se que a revisão do RTR é o momento adequado para o modelo regulatório ir ao encontro da metodologia fiscal, mitigando assim o risco da contingência atualmente existente face a este diferencial de critérios. Sugere-se, assim, que haja lugar a amortização dos bens no ano de entrada em funcionamento dos mesmos, até porque a diferença em questão é meramente temporal (amortizar no ano de entrada em funcionamento e/ou no ano de alienação) não trazendo acréscimos aos Proveitos permitidos nem às tarifas no horizonte global da concessão.	Qualquer das metodologias seria legítima. No entanto, por uma questão de consistência regulatória não faz sentido alterar o regime de amortizações que foi utilizado para cálculo da BAR de partida. Em qualquer caso, não se entende que a manutenção do regime relativo às amortizações resulte em qualquer prejuízo, quer para os utilizadores, quer para as entidades gestoras.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Propõe-se, assim, que esta alteração possa ser incluída no RTR ou venha <i>a posteriori</i> a ser contemplada na revisão. do Documento complementar respetivo.		
	EGF	Em situações de grandes empreitadas e projetos de investimento de ativos complexos muito componentizados, poderá acontecer que, aquando da inscrição em sede de CRP do projeto de investimento, não obstante a Empresa efetue um levantamento exaustivo da componentização dos diferentes bens a investir, não seja possível, com todo o rigor, identificar as linhas de diferentes equipamentos com diferentes vidas úteis, a integrar a BAR. Propõe-se que, após a execução final do investimento, possa a Empresa adequar as vidas úteis de cada classe de bens indo de encontro às expectativas da sua futura utilização física, dentro da tabela proposta pelo regulador e também, se possível, numa perspetiva próxima da fiscal. Esta alteração deve, obviamente, ser sujeita a aprovação da ERSAR em sede de reporte de CRR e do respetivo cálculo dos ajustamentos anuais.	A entidade gestora deve ser capaz de identificar os componentes dos investimentos desde o momento do respetivo projeto.	Sem alteração quanto a este aspeto.
1 - As amortizações do exercício incidem sobre os ativos que	CM de Alvito CM de Arraiolos	Esta norma distorce regras contabilísticas como é o caso da	O método das quotas constantes que as entidades gestoras devem adotar para	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
integram a BAR e são calculadas pelo método de quotas constantes, nos termos definidos em documento complementar a elaborar pela ERSAR.	CM de Avis CM de Cuba CM de Évora CM da Moita CM de Montemor-o-Novo CM de Palmela CM de Seixal CM de Sesimbra CM de Setúbal	obrigação de se adotar nas amortizações o sistema das quotas constantes, assumindo a entidade reguladora o papel do legislador contrariando nomeadamente a legislação a que os municípios estão vinculados e que, entre outros aspetos, só permite eventuais revalorizações do património na base de lei habilitante e que não existe.	efeitos de cálculo das amortizações não colide com nenhuma regra contabilística. O regulador pretendeu com o projeto RTR harmonizar mais uma regra no sector de forma a permitir o <i>benchmarking</i> entre as diversas entidades, nomeadamente ao nível de custeio dos serviços regulados. Note-se, porém, que a adoção desta regra para efeitos regulatórios não impede que as próprias entidades utilizem outras regras contabilísticas para outros efeitos que não o regulatório.	
4 - As entidades gestoras submetem à ERSAR para validação, em sede de apresentação das contas reguladas previsionais, uma proposta de afetação das amortizações dos ativos associados a atividades complementares.	EGF	Entende-se que esta solução traz complexidade ao modelo regulatório e aumenta o risco da Empresa, pois se a mesma deixar de exercer uma determinada atividade complementar a meio de um período regulatório, não pode recuperar esses custos. A título de exemplo, se, por necessidade de tratamento de resíduos da concessão, uma Empresa deixar de receber resíduos de particulares (atividade complementar). O OPEX associado seria recuperado via indutores, mas as amortizações não.	A revisão ao RTR agora proposta prevê que os resultados de exploração das atividades complementares sejam apurados antes de amortizações, para efeitos do cálculo dos benefícios a incluir nos proveitos permitidos. Assim, todas os ativos a remunerar (BAR), bem como a sua amortização ou eventuais subsídios recebidos são sempre considerados na determinação dos proveitos permitidos, independentemente da realização (ou não) de quaisquer atividades complementares. A informação a que se refere este n.º 4 é necessária para confirmar que os preços praticados	"5 – (reordenação) <u>Para efeitos meramente informativos, e em sede de apresentação das contas reguladas previsionais, as entidades gestoras submetem à ERSAR para validação, uma proposta de afetação das amortizações dos ativos associados a atividades complementares, que no caso das infraestruturas partilhadas serão líquidas de subsídios, podendo essa informação ser facultada às entidades competentes pelo controlo do exercício dessas atividades.</u> "

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>pelas entidades gestoras relativamente a essas atividades não desvirtuam as condições de concorrência em que as mesmas devem ser prestadas. Pela mesma razão, nenhum subsídio eventualmente recebido – e que é sempre atribuído considerando a natureza de serviço público da atividade das entidades gestoras – deve ser considerado na formação do preço das atividades complementares que não são de serviço público.</p> <p>Para efeitos do cálculo dos benefícios das atividades complementares que não de serviço público a incluir nos proveitos permitidos, os resultados de exploração devem ser apurados antes de amortizações.</p>	
5 - Para efeitos de incorporação no cálculo dos proveitos permitidos, as amortizações imputadas às atividades principais são deduzidas da totalidade dos subsídios a reconhecer.	EGF	<p>Tendo em consideração este novo n.º 5 e uma vez que o conceito que ela encerra é utilizado ao longo do RTR e nomeadamente no anexo I variadas vezes, propõe-se à ERSAR a criação do conceito de “Amortização Regulatória” nos seguintes termos:</p> <p><i>“Entende-se por amortização regulatória a amortização do exercício imputada a cada bem integrante da BAR, deduzida do respetivo rendimento relacionado com o diferimento do</i></p>	Não se identifica mais-valia relevante na introdução do conceito. No entanto, aproveita-se para clarificar a redação.	<p>“4 – (reordenação) Para efeitos de incorporação no cálculo dos proveitos permitidos <u>totais</u>, as amortizações imputadas às atividades principais são deduzidas da totalidade dos subsídios a reconhecer.”</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<i>subsídio por reconhecer, quando exista."</i>		

Artigo 34.º - Custos de exploração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
2 - Os custos de exploração diretamente associados às operações de gestão de resíduos do primeiro ano de cada período regulatório são definidos pela entidade competente considerando os custos unitários constantes das informações prestadas pelas entidades gestoras, nomeadamente as relativas às contas reguladas, previsionais e reais, custos de referência e ou custos padronizados disponíveis, bem como o volume de atividade previsto.	EGF	<p>Deveria haver alguma previsibilidade e base de referência que confira ao regulado alguma certeza quanto aos custos que irão ser aprovados pelo regulador. Neste sentido, propõe-se uma de duas soluções:</p> <p>a) Manutenção dos anteriores referenciais de cálculo da denominada "base controlável", inclusive quanto aos custos de estrutura, introduzindo, a possibilidade de o regulador poder alterar aquela base de cálculo em função das circunstâncias que justifiquem essa modificação, desde que devidamente fundamentadas. Àquela base devem ainda acrescer os custos incrementais, à semelhança do que ocorreu no atual período regulatório.</p> <p>No que diz respeito aos custos de referência e/ou padronizados, entende-</p>	<p>Considerando que as atividades reguladas são desempenhadas em ambiente de exclusividade (i.e. não sujeito a concorrência), é função da ERSAR questionar os custos de exploração que são submetidos pelas entidades gestoras em sede de definição de proveitos permitidos – como se esperaria, este procedimento é também aceite pela EGF no seu Documento de Pronúncia.</p> <p>Mas precisamente para garantir às entidades gestoras a necessária previsibilidade regulatória, a ERSAR escolheu o primeiro ano de cada novo período regulatório como o momento em que a análise explícita dos custos eficientes (i.e. custos de referência) teria impacto nos custos de exploração aceites – por oposição a um questionamento contínuo sobre a eficiência dos custos de operação, e</p>	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>se que tal base de trabalho e análise não necessita de ter “dignidade regulatória”.</p> <p>b) A manter-se a atual opção de consagrar no RTR custos de referência ou custos de padronizados como conceito de definição dos custos de exploração devem os mesmos ser sujeitos a consulta das Empresas, a ter lugar em momento prévio à apresentação das contas reguladas previsionais.</p> <p>A conferir-se a natureza de conceito regulatório aos custos de referência/ custos padronizados, considera-se que o processo regulatório ganharia se houvesse um processo prévio participado, que conferisse uma maior certeza regulatória, inclusive à decisão dos proveitos permitidos final.</p> <p>Caso se assuma que estes custos de referência representam limites que podem ser impostos pelo regulador, o regulado fica sujeito a um risco acrescido por eventual desadequação entre o real valor de mercado e o preço de referência.</p>	<p>constantes eventuais introduções de novos custos de referência nos proveitos permitidos. Precisamente para preservar essa previsibilidade regulatória, os custos de exploração (associados às atividades, e de estrutura) dos anos subsequentes ao primeiro ano de cada período regulatório são definidos tendo em consideração a inflação, um fator de eficiência, o volume de atividade previsto, e ainda alterações aos custos, resultantes da execução de novos projetos, alterações tecnológicas, etc. (comummente referidos como custos incrementais).</p> <p>Finalmente, não se considera que haja um aumento do risco da atividade. A comparação entre os custos reais e previsionais reportados pelas entidades gestoras vs os custos de referência ou padronizados corresponde apenas a uma maior exigência que é imposta à ERSAR e às entidades gestoras, no sentido de garantir que os utilizadores não são penalizados por ineficiências que, em condições de mercado concorrenciais, não existiriam.</p>	
6 - O fator de eficiência X referido no n.º 3 corresponde à	EGF	Não se a razão pela qual foi eliminada a referência aos critérios que devem estar	A ERSAR partilha da visão da EGF relativamente à vantagem/importância	"6 - O fator de eficiência X referido no n.º 3 corresponde à

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
meta definida pela entidade reguladora para cada entidade gestora, por atividade, no início de cada período regulatório em sede de definição dos proveitos permitidos, para cada um dos anos, relativamente à eficiência pretendida para os custos de exploração associados às operações, tendo nomeadamente por base a eficiência futura prevista para o sector, bem como os custos de referência por tecnologia de tratamento.		na base da definição do fator X, pelo que se sugerimos a sua reintrodução no RTR, através do aditamento de um novo número com a seguinte redação: <i>"8 - A determinação do fator de eficiência X referido nos números 6 e 7, deve ainda ter em conta os níveis de eficiência de entidades comparáveis, considerando as condições de operação como a dimensão e a situação geográfica, bem como a fiabilidade, qualidade e níveis de serviços exigidos, e ainda o desempenho histórico e a posição financeira das entidades gestoras."</i>	de ter "objetivos de comparabilidade", às dificuldades inerentes ao próprio exercício (considerando as especificidades de cada sistema, a fiabilidade e disponibilidade de informação, etc.) e à importância de a ERSAR divulgar os vários parâmetros de forma clara e transparente. Mas as reconhecidas dificuldades inerentes ao processo não podem impedir a sua realização, ou apenas aceitá-la em condições de certeza tal que nunca se verificarão, sob pena de se estar a adotar na prática um modelo de regulação de "cost plus", que não correspondeu à opção escolhida. As dificuldades e cautelas referidas obrigam antes a um maior esforço da ERSAR para que, tanto Utilizadores como entidades gestoras, possam beneficiar de um sistema mais eficiente, mas que seja simultaneamente equilibrado e justo. Sem prejuízo, procurou-se clarificar a redação do n.º 6 e 7.	meta definida pela entidade reguladora para cada entidade gestora, por atividade, no início de cada período regulatório em sede de definição dos proveitos permitidos, para cada um dos anos, relativamente à eficiência para os custos de exploração associados às operações, tendo nomeadamente por base <u>os ganhos de eficiência futuros</u> previstos para o sector <u>e para a entidade gestora</u> . 7 - O fator de eficiência X referido no n.º 5 corresponde à meta definida pela entidade reguladora para cada entidade gestora no início de cada período regulatório em sede de definição dos proveitos permitidos totais, para cada um dos anos, relativamente à eficiência para os custos de exploração associados à estrutura <u>tendo nomeadamente por base os ganhos de eficiência futuros</u> previstos para o sector <u>e para a entidade gestora</u> ."
	EGF	Tendo presente a sensibilidade deste parâmetro regulatório, as margens de	Caberá à ERSAR definir, em cada altura, a melhor forma de o fazer, sendo	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		erro e as limitações dos métodos para o estimar, bem como a prática regulatória de outros mercados regulados mais maduros, incluindo a ERSE em Portugal, sugere-se que a ERSAR recorra a várias metodologias de estimação, de forma complementar, que introduzam alguma robustez adicional na estimação do fator de eficiência X.	sempre sua obrigação divulgar às entidades gestoras, de forma clara e transparente, a análise que presidiu aos seus cálculos.	
	EGF	Considera-se que a definição de um fator X por atividade irá tornar muito mais complexo o modelo regulatório. Acresce que, como é do conhecimento do regulador, normalmente o fator X é definido por entidade regulada e não por atividade	A ERSAR está consciente de que o processo de análise e determinação de custos eficientes e de fatores de eficiência será gradualmente aprofundado, razão pela qual o RTR agora proposto admite a possibilidade de determinar parâmetros por atividade e por entidade gestora – trata-se de uma flexibilidade e detalhe acrescidos que a ERSAR procurará usar, à medida que a informação e metodologias disponíveis lho permitam fazer, e sempre que esse processo não represente um custo acrescido relativamente aos benefícios que dele pudessem resultar. Por outro lado, não se considera que implique uma complexidade acrescida, dado que no anterior período regulatório já foi calculado o fator X por atividade, não tendo sido aplicado, por opção da	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			ERSAR, apenas por se ter entendido que se estava ainda numa fase de adaptação das entidades gestoras ao RTR.	
7 – O fator de eficiência X referido no número 5 corresponde à meta definida pela entidade reguladora para cada entidade gestora no início de cada período regulatório em sede de definição dos proveitos permitidos, para cada um dos anos, relativamente à eficiência de custos pretendida para os custos de exploração associados à estrutura tendo em conta eficiência futura prevista para o sector.	Raízes Ocultas	Onde se lê "...tendo em conta eficiência futura prevista ...", recomenda-se que se leia "...tendo em conta a eficiência futura prevista ...".	Correção efetuada.	Ver redação acima

Artigo 35.º - Receitas adicionais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	ZERO	É de todo importante mencionar algumas práticas existentes, promovidas por alguns sistemas de titularidade municipal e multimunicipal, designadamente a LIPOR, a TRATOLIXO e a VALORSUL, que nos parecem incorretas e, como tal, carecem de	O RTR já estabelece que a tarifa resulta da divisão dos proveitos permitidos pela quantidade de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada, o que responde à questão da TRATOLIXO (embora o RTR não seja ainda	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		atenção do regulador, podendo ou não ser regulamentadas já neste documento que está em consulta pública. As mencionadas práticas estão relacionadas com diferentes modalidades de movimentos financeiros destinados a compensar os custos que as entidades gestoras em baixa assumem com a prestação do serviço de recolha seletiva. Posto isto, e como todas estas práticas são suscetíveis de inflacionar os proveitos e reduzir artificialmente a tarifa, importa que a ERSAR analise esta situação, se possível já no âmbito deste projeto de regulamento.	imediatamente aplicável por força do Decreto-Lei n.º 194/2009). No que respeita à repartição do valor de contrapartida entre as entidades gestoras em alta e as entidades gestoras em baixa que assumem a recolha seletiva, a ERSAR comunga das preocupações manifestadas, no entanto, a situação descrita decorre do facto de a legislação em vigor atribuir o valor de contrapartida às entidades gestoras dos sistemas em alta. As situações em que a recolha seletiva, por iniciativa destas ou dos municípios, seja realizada por estes últimos, resultam de um acordo entre ambos, pelo que a repartição do valor de contrapartida deve ser tratada nessa sede.	

Artigo 37.º - Ajustamentos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
1 - Os ajustamentos são calculados para cada ano tendo por base as alterações verificadas entre os proveitos permitidos definidos nos termos do artigo 26.º e as contas reais	EGF	Propõe que seja incluída uma alínea adicional que preveja, por exemplo, a possibilidade de a ERSAR poder decidir que podem existir ajustamentos às receitas adicionais face a desvios originados por fatores exógenos ou	Atendendo aos comentários apresentados, aceita-se a realização de ajustamentos para todos os desvios de preços das receitas adicionais, alterando-se a redação da subalínea i) da alínea c).	"1 (...) c) Receitas adicionais das atividades principais: i. Na medida do desvio originado por alterações aos preços previstos;

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>aceites, nas seguintes componentes:</p> <p>a) BAR e respectivas amortizações e subsídios;</p> <p>b) Custos de exploração diretamente associados às operações através da aplicação de indutores de custos;</p> <p>c) Receitas adicionais das atividades principais:</p> <p>i. Na medida do desvio originado por alterações aos preços regulados ou fixados administrativamente;</p> <p>ii. Na medida do desvio das quantidades de resíduos resultantes da recolha indiferenciada rececionadas mantendo os coeficientes de eficiência que estiveram subjacentes à definição dos proveitos permitidos;</p> <p>iii. Na medida do desvio da receita obtida com a receção de resíduos urbanos biodegradáveis;</p> <p>iv. Na medida do desvio da receita obtida com a prestação de serviços a terceiros.</p>		<p>matérias em que as empresas comprovadamente não exerçam controlo, nomeadamente o preço da venda de energia após o termo do regime de remuneração garantida (por defender que não terá qualquer peso no mercado que lhe permita seleccionar o melhor preço), ou os preços de venda de materiais recicláveis no âmbito do SIGRE.</p>		<p>(..)"</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
d) Benefícios de atividades complementares.				
2 - O valor do ajustamento referido no número anterior incorpora a capitalização financeira decorrente do desvio temporal ocorrido desde o ano a que se refere o seu cálculo até à sua integração nos proveitos permitidos, determinado com base na taxa de juro definida pela ERSAR, em função da natureza positiva ou negativa do ajustamento.	EGF	<p>A utilização de uma taxa de capitalização aquando da definição de ajustamentos destina-se apenas a fazer as correções do valor temporal do dinheiro entre o ano a que o ajustamento diz respeito (ano t-2) e o ano em que ele ocorre (ano t), sendo uma prática habitual na regulação, devidamente prevista nos regulamentos tarifários. Entende-se que tanto nos casos de ajustamento positivo ou negativo, a taxa relevante é a taxa marginal de financiamento, e para um mesmo horizonte temporal, qualquer que seja o sentido do ajustamento, pelo que não se encontra qualquer justificação para a utilização de taxas diferentes para ajustamentos positivos e negativos.</p> <p>Entende-se não fazer sentido estimar os custos marginais de endividamento de curto prazo de uma empresa concessionária com base no risco do cliente, pois perante os operadores financeiros o risco da operação é o da concessionária, não o dos seus clientes. Considera-se, assim que o argumento</p>	<p>A distinção da taxa de juro de capitalização – aplicável a incentivos, ajustamentos e a saldos regulatórios, quando a eles houver lugar – consoante os valores a capitalizar sejam positivos ou negativos (i.e. créditos ou dívidas das entidades gestoras), visa adequá-la ao risco e condições de financiamento específicos da entidade devedora, em cada um dos casos.</p> <p>A ERSAR concorda com a EGF que, no caso das receitas efetivamente cobradas no ano t-2 serem superiores às que seriam devidas, essa circunstância corresponde, de facto, a um financiamento (na forma de adiantamento de receitas) dos municípios às entidades gestoras “em alta”. Nesse sentido, concorda também com a EGF que a justa taxa de capitalização aplicável seria a do custo marginal de financiamento de curto prazo das entidades gestoras. Note-se que a aplicação desta taxa não está dependente do montante desse financiamento (ou adiantamento de receitas) ter sido previamente estimado e aceite pelas partes, mas antes ao facto</p>	Sem alteração (norma renumerada como n.º 2 na sequência do aditamento de um novo n.º 2, conforme apresentado no ponto 5 do presente relatório).

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<p>utilizado pela ERSAR carece de racional financeiro.</p> <p>Acresce que também se desconhece qualquer precedente regulatório nacional ou internacional em que a taxa de capitalização seja diferenciada para ajustamentos positivos e negativos. Vide, por exemplo, as últimas decisões da ERSE quanto aos ajustamentos para as empresas reguladas do setor do gás natural (para 2016 e 2017), bem como para as empresas do setor elétrico (para 2017) datadas, respetivamente de julho e de dezembro de 2016.</p>	<p>de corresponder à remuneração que um financiador das entidades gestoras esperaria obter em condições de financiamento semelhantes.</p> <p>Por essa mesma razão, a taxa de juro devida sempre que as receitas das entidades gestoras tivessem sido inferiores às que seriam devidas, seria a do custo do financiamento de curto prazo dos municípios, uma vez que essa situação corresponderia, na prática, a um financiamento aos clientes das entidades gestoras (ou diferimento de receitas).</p> <p>Tanto numa como noutra situação, as taxas de juro a aplicar têm que corresponder, necessariamente, a condições de financiamento exequíveis no mercado financeiro – para os prazos e montantes que estiverem em causa – à data em que essas taxas forem estimadas.</p>	
3 - O valor resultante do ajustamento apurado anualmente, incluindo a respetiva capitalização financeira, é integrado no apuramento dos proveitos permitidos do segundo ano	EGF	<p>Propõe-se que o montante da componente “ajustamento de quantidades” do ano “n” venha a ser transferido para os clientes em “n+2” não via tarifa, mas através de um crédito ou débito a cada cliente, numa base mensal (Ajustamento apurado/12 meses) e em proporção da quantidade</p>	<p>Não obstante se entender o racional da sugestão, a ERSAR entende que a forma como se iria aplicar o ajustamento às entidades gestoras em baixa seria de maior complexidade.</p> <p>Uma vez que se admite que seja imaterial um qualquer desvio na recuperação de Ajustamentos (como</p>	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
subsequente ao ano a que se reportam.		<p>de RSU efetivamente recebida de cada cliente em “n”.” Pela especificidade, sugere-se a classificação deste conceito, a definir em separado e que deveria ser imputado aos clientes (seja positivo ou negativo) como um ajustamento do próprio ano regulatório e não através da tarifa de “n+2”.</p> <p>Neste sentido, propõe-se a seguinte redação: <i>"O valor do ajustamento entre as quantidades de Resíduos Urbanos Indiferenciados estimados (RUe) e as Quantidades de Resíduos Urbanos Indiferenciados efetivamente Recebidos (RUr) em cada ano, é calculado em cada ano, através da seguinte fórmula:</i></p> <p><i>Ajustamento de Quantidades = Tarifa * (RUr-RUe)</i></p> <p><i>Este ajustamento será objeto da capitalização nos termos previstos no nº 2 do presente artigo;</i></p> <p><i>O Ajustamento de Quantidades de cada ano “n” após capitalização, seja positivo ou negativo, será imputado aos Utilizadores finais, durante o ano “n+2”, em 12 tranches mensais, através de emissão de débito ou crédito específico, não incorporando como os restantes</i></p>	<p>resultado de um possível desvio nas quantidades previstas nas tarifas), e que a existir, esse desvio tanto pode ser positivo como negativo, com igual probabilidade, não se afigura que o acréscimo de complexidade da solução proposta se justifique.</p>	

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		<i>ajustamentos o recálculo tarifário de “n+2”.</i>		

Artigo 39.º - Incentivos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	Sugere-se que seja previsto um incentivo a poupanças de CAPEX que possa ser conferido às concessionárias por um período correspondente a metade da vida útil do ativo em causa. Seguindo uma abordagem semelhante à seguida pela ERSE, propõe-se que sempre que a realização do investimento se faça por um valor inferior ao aprovado pela ERSAR em pelo menos 3%, esse ativo em concreto beneficie de uma majoração (por exemplo de 0,75%) na taxa de remuneração do ativo, durante metade da sua vida útil.	O artigo 39.º apenas contempla incentivos a desempenhos ambientalmente sustentáveis na prossecução das atividades reguladas, mas reconhece-se a pertinência da introdução de outros incentivos que se venham a revelar necessários. Considera-se, porém, que as regras de definição dos incentivos devem ser estabelecidas em sede de documento complementar.	1- No sentido de induzir desempenhos <u>eficientes</u> e ambientalmente sustentáveis na prossecução das atividades reguladas são definidos pela entidade reguladora <u>através de documento complementar</u> , e em consonância com as metas constantes da legislação em vigor materializadas nos planos estratégicos do setor, mecanismos de incentivo, , para cada entidade gestora e para cada ano, <u>designadamente</u> com vista à superação de objetivos previamente fixados.
	ESGRA GESAMB	Decorre do disposto no artigo 39º relativo aos incentivos que o cumprimento das metas seja revertido em incentivos definidos no âmbito dos proveitos permitidos com incidência na determinação da tarifa,	A metodologia de determinação dos mecanismos de incentivo será definida oportunamente em sede de documento complementar. Salienta-se que os incentivos serão definidos por entidade gestora, tendo	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		desconsiderando a área de abrangência da entidade gestora no cumprimento das metas ambientais.	em conta os objetivos ambientais previstos no plano estratégico do setor em vigor.	

Artigo 40.º - Saldo regulatório

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	EGF	<p>Estando em causa um potencial défice tarifário, propõe-se a introdução de mecanismos que permitam às empresas ter poder de decisão se ultrapassados certos limites, designadamente prevendo que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O diferencial entre os proveitos permitidos definidos e os autorizados pela ERSAR não possa exceder, em cada ano, mais que 10%, seja ele negativo ou positivo, salvo prévio acordo da Entidade Gestora. - A mesma necessidade de acordo deve aplicar-se quando o saldo regulatório se estenda por mais que seis anos. 	<p>A eventual existência de um saldo regulatório tem apenas como objetivo assegurar a devida estabilidade tarifária. Sendo este um dos princípios gerais que norteiam o RTR, não se vê que deva haver qualquer limite imposto a este objetivo, e menos ainda que deva haver qualquer mecanismo de aprovação prévia – seja por parte dos municípios, seja por parte das entidades gestoras –, desde que a existência e condições desse saldo não ponham em causa a liquidez ou a estabilidade financeira das entidades gestoras – situação que está desde logo acautelada no n.º 1 do art. 40º do RTR. Adicionalmente, considerando que esse saldo regulatório (quando existir) é remunerado à taxa de juro devida, qualquer das partes (utilizadores e entidades gestoras) deveria ser</p>	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
			<p>financeiramente indiferente à sua existência – à exceção dos casos em que se ultrapassassem os limites de liquidez e estabilidade financeira referidos no parágrafo anterior.</p> <p>Finalmente, a mera existência de qualquer saldo regulatório, positivo ou negativo, corresponde sempre a uma transferência no tempo de obrigações financeiras, e que, tendencialmente, não deveria existir (cfr. n.º 4 do art. 40º). Mas podem antecipar-se circunstâncias em que fosse desejável, e até justo, criar e manter um saldo regulatório positivo ou negativo, especialmente quando estiver em causa o financiamento de investimentos de montante relevante e cuja vida útil seja longa</p>	
	EGF	<p>Atento o previsto no artigo 11º do DL 96/2014, entende-se que não deve ser aplicado o saldo regulatório previsto agora no artigo 40º sem que o passivo regulatório decorrente do referido DL 96/2014 tenha sido utilizado na sua totalidade. Outra solução que não esta cria um duplo mecanismo de contenção tarifária que não nos parece justo para as Empresas.</p>	Sugestão aceite	<p>Artigo 95.º</p> <p>Regime transitório relativo às tarifas dos sistemas de titularidade estatal (...)</p> <p>3 - Para as entidades gestoras abrangidas pelo regime jurídico do Decreto-Lei n.º 96/2014, de 25 de junho, o saldo regulatório referido no artigo 40.º do presente regulamento, apenas</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				pode ser utilizado depois de esgotado o passivo regulatório previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 96/2014
	ESGRA GESAMB	Do mecanismo previsto para efeitos da sua determinação resulta, se não a definição, um forte condicionamento da tarifa quando, na realidade, de acordo com o próprio regulamento esta competência, no caso dos sistemas de titularidade municipal, não cabe à entidade reguladora, devendo deste modo ser revisto este mecanismo de modo a manter esta atribuição na esfera da entidade competente para o efeito.	Revista a redação no sentido de clarificar que a definição do saldo regulatório é feita pela entidade competente para a definição dos proveitos permitidos e correspondentes tarifas (ERSAR no caso dos sistemas de titularidade estatal e municípios no caso dos sistemas de titularidade municipal em gestão delegada). Note-se que o saldo regulatório não se aplica às entidades gestoras em modelo de gestão direta, uma vez que a definição dos proveitos e das tarifas é feita numa base anual. Aproveitou-se para clarificar no n.º 3 o momento em que é feita a alteração da variação do saldo (simultaneamente com os ajustamentos).	"1 - O saldo regulatório corresponde ao valor da diferença acumulada, de um ou vários anos, entre os proveitos permitidos totais definidos para cada ano e os que a entidade <u>competente</u> autoriza a repercutir nas tarifas desse mesmo ano, visando a estabilidade das trajetórias tarifárias e tendo em conta a liquidez e estabilidade financeira das entidades gestoras. 2 - A <u>entidade competente</u> pode determinar a variação, negativa ou positiva, do saldo regulatório <u>em sede de definição dos proveitos permitidos no início de cada período regulatório e para cada um dos anos do período.</u> 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a <u>entidade competente</u> pode posteriormente, <u>em sede de definição dos proveitos permitidos totais de cada ano,</u>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				alterar a variação, negativa ou positiva, do saldo regulatório a incorporar nos proveitos permitidos totais <u>desse ano</u> . 4 - A <u>entidade competente</u> , deve manter o saldo regulatório num nível tendencialmente nulo.
5- O saldo regulatório é capitalilizado, anualmente, à taxa de juro definida pela ERSAR, em função da natureza positiva ou negativa do mesmo.	Raízes Ocultas	Onde se lê "...saldo regulatório é capitalilizado ...", recomenda-se que se leia "...saldo regulatório é capitalizado ...".	Gralha corrigida.	"5 - O saldo regulatório é <u>capitalizado</u> , anualmente, à taxa de juro definida pela ERSAR, em função da natureza positiva ou negativa do mesmo."

Artigo 41.º - Tarifa dos serviços de gestão de resíduos urbanos

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	Miguel Alves	A ERSAR não tem admitido a inclusão de subsídios à exploração nos reportes de contas das câmaras por força do princípio da não consignação da receita, mesmo quando recomenda que, por exemplo, os tarifários especiais sejam subsidiados. Qual a mudança de enquadramento legal que justifica esta nova posição? Os indicadores de cobertura vão ser alterados para permitir a consideração destes subsídios?	Atualmente a ERSAR já está a fazer a referência ao subsídio implícito nas apreciações da formação de tarifários, que será igualmente feita no reporte de contas. Não faz sentido a designação, neste caso, de subsídios à exploração porque se trata de uma atribuição da entidade a si própria. Por isso é que se utiliza a expressão subsídio implícito que poderá também ser designado por subsídio à exploração implícito.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>4 – De acordo com o princípio do utilizador pagador, a entidade reguladora fixa, anualmente, uma percentagem do limiar de acessibilidade económica que constitui, para os utilizadores finais domésticos, um limite máximo à determinação da subsídio da tarifa por parte da entidade titular.</p>	ZERO	Considerando que continua a subsistir uma indesejável subsídio das tarifas dos serviços prestados aos utilizadores finais domésticos que cria situações que impactam negativamente as contas municipais anualmente, muitas vezes sem qualquer salvaguarda dos princípios da recuperação de custos, do poluidor-pagador, da transparência na prestação de serviços ou da hierarquia na gestão de resíduos, parece-nos que o regulador pode e deve sinalizar a necessidade de que haja uma transição até se atingir uma subsídio da tarifa por parte dos Municípios que fique apenas circunscrita aos utilizadores domésticos de menores recursos.	<p>Apesar do grau de liberdade dado às entidades gestoras na subsídio das tarifas, pretende-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - as tarifas a aplicar sejam subsidiadas sempre que as tarifas resultantes da recuperação dos custos e investimentos sejam superiores ao limiar de acessibilidade económica, tal como estimado pela ERSAR. - tendencialmente, as tarifas não sejam subsidiadas sempre que a acessibilidade económica não estiver em risco, respeitando o princípio do utilizador-pagador. Mas, em qualquer caso, e no limite, sejam no mínimo recuperados os custos correspondentes a uma percentagem mínima da acessibilidade económica, definida pela ERSAR. - as tarifas não sejam penalizadas (equivalente a uma subsídio negativa), mesmo nos casos em que a acessibilidade económica esteja assegurada. 	Sem alteração.
	ESGRA GESAMB	Este número vem estabelecer como limite máximo à determinação da subsídio da tarifa por parte da entidade titular uma percentagem do limiar de acessibilidade económica, devendo ser densificada em que termos	A determinação da percentagem do limiar de acessibilidade económica e os critérios subjacentes será feita oportunamente na definição anual dos proveitos permitidos.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		é apurada e determinada aquela percentagem.		
5 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a subsídio por parte da entidade titular deve assegurar, tendencialmente, que os proveitos resultantes da aplicação das tarifas aos respetivos grupos de utilizadores se contenham entre os limiares máximos e mínimos dos proveitos permitidos apurados com recurso a clusters e respetivas tarifas médias.	Raízes Ocultas	Questiona se o limite mínimo de Proveitos Permitidos pode colidir com a tarifa aprovada. Não há riscos de impactos substanciais na progressividade tarifária.	Não se entende o alcance da questão colocada, tendo-se, de todo o modo, clarificado a redação.	"5 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a subsídio por parte da entidade titular deve assegurar, tendencialmente, que os proveitos tarifários resultantes das tarifas aplicáveis a cada grupo de utilizadores se contenham dentro dos limiares mínimo e máximo dos proveitos permitidos <u>totais</u> , tal como estimados pela ERSAR"
6 – Qualquer forma de subsídio deve ser levada ao conhecimento do utilizador através da fatura.	Raízes Ocultas	Questiona se decorre da leitura deste ponto que tarifas abaixo da Acessibilidade Económica Insatisfatória, tem de se comunicar a subsídio.	A subsídio deve ser sempre comunicada. Pretende introduzir-se a possibilidade explícita dos municípios (tal como qualquer entidade titular) subsidiarem tanto os investimentos como a operação dos sistemas, devendo contudo fazê-lo de forma clara e transparente.	Sem alteração

Artigo 43.º - Tarifas dos serviços prestados a utilizadores finais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>2 - Os proveitos permitidos referentes a cada entidade gestora, líquidos dos subsídios definidos pela entidade titular são recuperados através da cobrança de tarifas a definir do seguinte modo:</p> <p>c) As tarifas de disponibilidade e variáveis aplicáveis a utilizadores finais, domésticos e não domésticos, resultam da divisão dos proveitos permitidos parciais resultantes da alínea anterior pelo número estimado de utilizadores finais ou pelas quantidades estimadas de resíduos, respetivamente.</p>	CM de Oeiras	Rever o texto no sentido de clarificar que, para efeito da tarifa variável, existem outras unidades de medida (conforme referido na alínea b) do artigo 18.º) para além das quantidades estimadas de resíduos, a qual subentende a aplicação de um sistema de recolha que permita medir, por utilizador, as quantidades de resíduos entregues para recolha.	As quantidades estimadas de resíduos podem ser faturadas por medição direta ou por indexação ao volume de água consumida (conforme resulta do artigo 20.º e das fórmulas 12.1., 12.2, 14.1 e 14.2) , pelo que não se entende ser necessário alterar a presente redação.	Sem alteração.

Artigo 45.º - Procedimento de definição dos proveitos permitidos e das tarifas

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>9 - Até 31 de julho a ERSAR:</p> <p>(...)</p> <p>c) Recomenda os intervalos de variação para os parâmetros ϕ, ω e τ a definir pelas entidades competentes;</p>	Miguel Alves	Deve clarificar-se se esta recomendação é feita por cada entidade.	A recomendação dos intervalos dos parâmetros será feita para o conjunto de todas as entidades gestoras de serviços em baixa.	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
12 - Até 30 de outubro, para as entidades gestoras de titularidade municipal em sistema de gestão direta, a ERSAR define o cluster aplicável, bem como os limiares dos proveitos permitidos e das bandas tarifárias.	Miguel Alves	Deve clarificar-se se este prazo inclui a audiência prévia destas entidades segundo o n.º 19, o que significa que no limite as entidades serão chamadas a pronunciar-se até 15 de outubro, que é quando as câmaras municipais estão a preparar o orçamento.	A audiência prévia relativa à definição de clusters, bem como os limiares dos proveitos permitidos totais e das bandas tarifárias, decorre até 20 de setembro, conforme previsto no n.º 10 do presente artigo na versão colocada a consulta pública (n.º 3 do artigo 48.º na versão final).	Sem alteração quanto a este aspeto.
13 - Até 15 de novembro as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta comunicam as tarifas e as receitas tarifárias resultantes e, caso estas últimas não se compreendam no intervalo dos limiares dos proveitos permitidos ou as correspondentes tarifas médias dentro das respetivas bandas tarifárias, apresentam a respetiva justificação e as contas previsionais.	Miguel Alves	Considera-se que este prazo é muito curto para as entidades estudarem e atenderem.	As entidades gestoras podem começar a preparar as contas previsionais muito antes de receberem a definição final dos clusters, pelo que entre 30 de outubro e 15 de novembro apenas é necessário avaliar se os seus valores diferem dos limiares propostos e elaborar a correspondente justificação.	Sem alteração quanto a este aspeto.
14 - Nos casos em que as receitas tarifárias previstas se contenham nos limiares dos proveitos permitidos e respetivas bandas tarifárias, há lugar à emissão de parecer tácito favorável da ERSAR se no prazo	Miguel Alves	Questiona-se se a ERSAR dispõe de meios para dar resposta em tão curto espaço de tempo e o que acontece se as tarifas se situarem nas bandas, mas não cumprirem as regras de estrutura e se a ERSAR apenas o detetar após 5 dias.	Neste espaço de tempo será analisado a conformidade da estrutura tarifária e com os limites aos proveitos permitidos totais definidos pela ERSAR pelo que se entende suficiente. Análises mais aprofundadas serão necessárias apenas para os casos de desconformidade e	Sem alteração quanto a este aspeto.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
de 5 dias após receção da comunicação nada for transmitido à entidade titular.			mediante análise das contas previsionais e da justificação apresentada.	
17 - A informação sobre a alteração dos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação, a qual tem de ser comunicada aos utilizadores antes da respetiva entrada em vigor.	Miguel Alves	Esta redação pressupõe que as faturas emitidas em dezembro (as últimas emitidas antes de 1 de janeiro) são apenas emitidas após dia 15 de dezembro, mas podem não o ser.	Reconhecendo a pertinência do comentário, mas no sentido de assegurar a possibilidade de conhecimento pelos utilizadores das tarifas antes da sua entrada em vigor, reformulou-se a redação.	"4. A informação sobre a alteração dos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação e é publicitada no sítio da internet da entidade gestora antes da respetiva entrada em vigor."
18 - Os tarifários produzem efeitos relativamente às produções de resíduos entregues a partir de 1 de janeiro de cada ano civil ou no mês seguinte à emissão da primeira fatura referida no número anterior.	Miguel Alves	A parte final parece ir contra o n.º 1 do artigo 11.º-A do DL 194/2009, que exige que as atualizações anuais produzam efeitos a 1 de janeiro.	Redação corrigida.	Os tarifários produzem efeitos relativamente às quantidades de resíduos entregues a partir de 1 de janeiro de cada ano civil

Artigo 85.º - Reporte anual de contas reais

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao artigo	ESGRA GESAMB	Claro alargamento das obrigações de reporte impostas às entidades gestoras, o que se considera pôr em causa os objetivos de simplificação, agravando-se os custos quer administrativos, quer financeiros, nomeadamente com os	A redação ora proposta é equivalente à do artigo 89.º do RTR em vigor, relativa ao reporte de contas das entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em gestão delegada. No caso da gestão direta municipal, o artigo 87.º	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		custos de auditorias a suportar pelas entidades gestoras.	permitia à ERSAR definir o modelo de reporte de contas em documento complementar. Na revisão ora proposta especificou-se desde já parte do conteúdo.	

Anexo I

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais ao anexo i	CM de Oeiras	<p>A não aplicabilidade aos municípios até à presente data do Modelo de determinação de Tarifas, por se encontrar ainda a decorrer o prazo de 5 anos previsto, nos termos do artigo 93.º do RTR, inviabiliza a verificação das fórmulas previstas no anexo.</p> <p>Por outro lado, a não apresentação pela ERSAR da informação que se considera necessária à aplicação prática destas fórmulas, inviabiliza, que as entidades gestoras testem e construam cenários e, consequentemente, impossibilita a apresentação de contributos e/ou sugestões que possam estar mais adequadas à realidade de cada uma por aplicação do modelo a que se reporta a presente consulta pública.</p>	O artigo 85.º identifica a informação relevante para a aplicação das fórmulas constantes do Anexo I, sendo que o atual modelo de reporte de contas já exige a identificação dos elementos que são utilizados nestas mesmas fórmulas, pelo que se considera que as entidades gestoras não estavam impossibilitadas de testar a aplicação prática da revisão ao RTR em consulta pública.	Sem alteração.

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
<p>B) Atividades</p> <p>3 - Os custos de exploração aceites diretamente associados a cada Atividade são apurados de acordo com a seguinte expressão:</p> $CE_{A,t} = \begin{cases} CE_{ref,A,t}, & t = 1 \\ CE_{A,t-1} \times (1 + \Delta IHP C_t - X_{A,t}) + CEI_{A,t}, & t > 1 \end{cases}$ <p>(2.2)</p>	EGF	<p>A fórmula referente aos “custos de exploração aceites” não considera no ano “n” a componente de eventuais custos de exploração incrementais (CEI) associados a projetos de investimento ou imposições legais.</p> <p>Propõe-se a sua inclusão em conformidade com o previsto para “n+2” e “n+3”.</p>	<p>Os custos de referência, para efeitos de determinação de proveitos permitidos, já incluirão os custos incrementais esperados.</p> <p>Relativamente aos anos subsequentes ($t > 1$), os custos de exploração aceites corresponderão aos custos do ano anterior (considerando os custos unitários, a inflação, o fator de eficiência, e ainda o volume de atividade previsto) adicionados dos custos incrementais previstos para esse ano, pelo que se considera desnecessária a alteração da fórmula.</p>	Sem alteração.
<p>D) Ajustamentos</p> <p>3 - Os ajustamentos relativos aos custos de exploração aceites diretamente associados a cada Atividade são apurados de acordo com a seguinte expressão:</p> $AJ_{A,t-2}^{CE} = \sum_{i=1}^n (CI_{i,A,t-2} \times \Delta IC_{i,A,t-2})$ <p>(4.2)</p>	EGF	<p>Como o valor do $CI_{i,A,t-2}$ vai ser multiplicado pela variação da quantidade de resíduos da recolha indiferenciada, o seu cálculo deveria ter por base a elasticidade dos custos operacionais à variação de quantidades.</p> <p>Em alternativa, poderiam identificar-se as rubricas de custos que podem variar com variações de quantidade da magnitude das variações em causa e para cada rubrica estimar a sua relação com a variação de quantidades.</p>	<p>Clarifica-se a redação no sentido de explicitar que são as variações das quantidades de resíduos de cada uma das atividades que relevam para o cálculo do indutor.</p>	<p>Em que:</p> <p>(...)</p> <p>$\Delta IC_{i,A,t-2}$ Variação da quantidade do indutor de custos i da Atividade A, entre a quantidade total de resíduos objeto de recolha indiferenciada efetivamente verificada no ano t-2 e a estimada em sede de definição de proveitos</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		Recomenda-se que as notas explicativas explicitem os princípios que devem estar subjacentes ao seu cálculo, na medida em que se considera que no anterior período regulatório não foi identificado nem o método de cálculo nem as rubricas de custos consideradas no mesmo.		permitidos do ano t-2, em unidades
<p>4.3 - Os ajustamentos relativos à variação de receitas adicionais são apurados de acordo com a seguinte expressão:</p> $Aj_{A,t-2}^{Rad} = \left(\sum_{i=1}^n (PS_{i,A,t-2}^R \times \frac{QS_{i,A,t-2}^E}{QI_{t-2}^E} \times QI_{t-2}^R) + \sum_{i=1}^n (PL_{i,A,t-2}^E \times \frac{QS_{i,A,t-2}^E}{QI_{t-2}^E} \times QI_{t-2}^R) + RUB_{t-2}^R + SerT_{t-2}^R \right) - Rad_{A,t-2}^E$ <p>(4.3)</p>	EGF	<p>A fórmula referente aos ajustamentos de receitas adicionais, tem como coeficiente de ajustamento das quantidades de produtos geradores de receitas as quantidades de resíduos provenientes da recolha indiferenciada, nomeadamente o ponderador QI real/QI estimado.</p> <p>Podendo ser aceite que este será um ponderador ideal para a produção de energia, já no que se refere aos materiais recicláveis vendidos, entende-se que este tipo de ponderador não poderá ser o mais adequado, pois, por norma, as quantidades processadas destes materiais variam em sentido contrário às receções de material indiferenciado.</p> <p>Propõe-se a revisão deste coeficiente por um outro similar, mas relacionado com a receção de recicláveis, por exemplo QS real/QS estimado, sendo</p>	Reconhecendo a necessidade de clarificar a aplicação do ponderador é apresentada uma revisão da fórmula.	$Aj_{A,t-2}^{Rad} = \left(\sum_{i=1}^n (PC_{i,A,t-2}^R \times \frac{QC_{i,A,t-2}^E}{QT_{RI,eg,t-2}^E} \times QT_{RI,eg,t-2}^R) + \sum_{i=1}^n RS_{i,A,t-2}^R + RUB_{t-2}^R \right) - Rad_{A,t-2}^E$ <p>Em</p> <p>que:</p> <p>(...)</p> <p>$PC_{i,A,t-2}^R$ Preço unitário médio real do produto ou serviço de índice i a que se aplique um coeficiente de eficiência, gerador de receitas adicionais da Atividade A, verificado no ano t-2, em euros por unidade</p> <p>$QC_{i,A,t-2}^E$ Quantidade de produtos ou serviços de índice i geradores de receitas adicionais</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		“QS” as quantidades totais de materiais recicláveis rececionados pela entidade gestora.		<p>da Atividade A a que se aplique um coeficiente de eficiência, prevista obter em sede de definição de proveitos permitidos totais, considerando os coeficientes de eficiência subjacentes então estimados, no ano t-2, em unidades</p> <p>$QT_{RI, eg, t-2}^E$ Quantidade total estimada de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada a receber, prevista em sede de definição de proveitos permitidos totais do ano t-2, em toneladas</p> <p>$QT_{RI, eg, t-2}^R$ Quantidade total real de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada recebida no ano t-2, em toneladas</p> <p>$RS_{i, A, t-2}^R$ Receita real associada ao produto ou serviço de índice i, a que não se aplique um coeficiente de eficiência, gerador de receitas adicionais da Atividade A, verificado no ano t-2, em euros</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
				(...)
<p>B) A utilizadores domésticos</p> <p>2 - O valor da tarifa variável aplicável aos utilizadores domésticos cuja tarifação é medida por indexação ao consumo de água é calculado pela aplicação da seguinte expressão:</p> $TV_{d,t}^{Index} = \frac{PT_{TV,d,t} \times \frac{QT_{RI,d,t}^{Index}}{QT_{RI,d,t}^{Index} + QT_{RI,d,t}^{PAYT}}}{VT_{AA,d,t}}$	DECO	<p>Ao distinguir entre utilizadores domésticos de acordo com a tipologia de medida (indexação ou PAYT), a fórmula de cálculo da tarifa variável apresenta uma variação bastante elevada tendo em conta os vários cenários de função da relação entre a quantidade de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e o volume total de água a faturar a utilizadores domésticos sujeitos a tarifação indexada ao consumo de água. Considera-se que esta fórmula não tem justificação para o cálculo da tarifa variável do serviço de resíduos urbanos a aplicar ao consumidor doméstico.</p>	<p>Remetendo para o acima referido acerca da imposição dos tarifários PAYT (vide resposta aos comentários ao artigo 20.º), considera-se que a possibilidade de aplicação simultânea de tarifas variáveis com base na indexação e na medição direta (PAYT) é um primeiro passo para a posterior generalização dos sistemas PAYT.</p>	Sem alteração.

Artigos 4.º ao 8.º do projeto de alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
Comentários gerais	CM de Oeiras	<p>Propõe-se revisão e reordenação dos artigos 4.º (Regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão delegada), 5.º (Regime transitório relativo às tarifas dos sistemas de</p>	Sugestão aceite.	<p>O artigo 4.º passa a constituir o artigo 94.º do RTR, o artigo 5.º passa a constituir o artigo 95.º do RTR e o artigo 6.º passa a constituir o artigo 93.º do RTR.</p>

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
		titularidade estatal) e 6.º (Regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta), incluindo-os no Título VI – Disposições Finais e Transitórias / Capítulo I, relativo às Disposições Transitórias.		
	CM de Oeiras	Propõe-se a associação do artigo 7.º (Atividades não reguladas) ao corpo do RTR nos termos e nos moldes entendidos pela ERSAR.	Sugestão aceite.	O artigo 7.º do projeto de revisão passa a constituir o artigo 96.º do RTR
	CM de Oeiras	Propõe-se a inclusão do artigo 8.º (Republicação do regulamento tarifário de resíduos urbanos) no Título VI – Disposições Finais e Transitórias.	A republicação é determinada por força da revisão do RTR, pelo que não é adequado incluir este artigo no próprio RTR.	Sem alteração.
<p>Artigo 4.º</p> <p>1 – As trajetórias tarifárias contratadas dos sistemas municipais em modelo de gestão delegada mantêm-se até ao termo do primeiro período quinquenal em curso à data da entrada em vigor do presente regulamento.</p> <p>2 - Sem prejuízo da salvaguarda do período quinquenal, a aplicação das disposições constantes do Título IV do presente regulamento ocorre com a entrada em vigor da</p>	Miguel Alves	Sugere-se que fique expresso que as regras de estrutura constantes dos artigos 15.º a 23.º são aplicáveis a partir da 1.ª revisão quinquenal após a entrada em vigor deste regulamento.	Nos termos do n.º 1 e 2, e encontrando-se o RTR já em vigor desde 2014, no termo do primeiro período quinquenal que se encontrasse à data em curso, passariam a ser aplicáveis todas as regras do RTR com exceção do modelo de cálculo dos proveitos e tarifas. Ou seja, as normas referentes à estrutura tarifária, incluídas nos artigos 15.º a 23.º, são de carácter obrigatório desde a entrada em vigor do RTR (aprovado por deliberação da ERSAR n.º 928/2014 e publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 74, de 15 de abril).	Sem alteração

ARTICULADO	ENTIDADE	COMENTÁRIO	ANÁLISE	REDAÇÃO FINAL
revisão do regime jurídico dos sistemas municipais de gestão de resíduos urbanos. 3 - Quando as trajetórias tarifárias tenham sido definidas no âmbito de um procedimento de contratação pública para seleção de um parceiro privado para a entidade gestora delegatária, as mesmas mantêm-se até ao final do período abrangido por tal procedimento.				

5. Correções introduzidas pela ERSAR no Regulamento

Para além das alterações acima indicadas, em resposta direta aos comentários apresentados, foram ainda introduzidas outras alterações ao texto do projeto de regulamento de procedimentos regulatórios, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.

Listam-se seguidamente as alterações mais relevantes e respetiva justificação:

- No sentido de clarificar o âmbito de aplicação da previsão constante do n.º 2 do artigo 16.º do RTR, foi introduzida, no artigo 3.º, a definição de resíduo urbano biodegradável (RUB), em termos idênticos à definição constante do Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de agosto: *"o resíduo urbano que pode ser sujeito a decomposição anaeróbia e aeróbia, designadamente os resíduos alimentares e de jardim, o papel e cartão"*;
- No sentido de clarificar a contagem dos períodos regulatórios, aditaram-se dois novos números ao artigo 24.º, depois do n.º 2 com a seguinte redação: *"3 - Os períodos regulatórios dos sistemas a que se refere o n.º 1 e o n.º 2 são coincidentes, sempre que tenham a mesma duração."*; *"4 - No caso de entidades gestoras que sejam constituídas no decurso de um período regulatório, a primeira definição dos proveitos permitidos totais e tarifas é feita pelo tempo remanescente desse mesmo período."*. Idêntica regra se estabeleceu no regime transitório para o momento em que o RTR se torne aplicável aos sistemas municipais em gestão delegada existentes nessa data (artigo 94.º): *"2 - Caso o início de aplicação das disposições constantes do Título IV do presente regulamento ocorra no no decurso de um período regulatório, conforme resultante do previsto no nº 3 do artigo 24.º, a primeira definição dos proveitos permitidos totais e tarifas é feita pelo tempo remanescente desse mesmo período."*;
- No sentido de assegurar a coerência entre o n.º 5 do artigo 26.º e o n.º 2 e 3 do artigo 40.º (nos termos dos quais a variação do saldo regulatório é definida para todos os anos no início do período, podendo ser posteriormente alterada), eliminou-se a referência ao saldo regulatório naquela primeira disposição;

- Em linha com a atual redação da alínea f) do n.º 2 do artigo 28.º do RTR (investimentos aceites), acrescentou-se uma alínea e) ao n.º 2 do artigo 29.º (nova numeração da mesma disposição), estabelecendo que a análise da ERSAR ao plano de investimentos assenta na ponderação também do *"Impacto incremental do investimento nas receitas, custos de exploração, receitas adicionais e benefícios de atividades complementares, consoante aplicável"*;
- Na medida em que a prestação de serviços a terceiros só poderá ser enquadrada como atividade complementar (vide definição de serviços auxiliares e de atividade complementar), eliminou-se a referência às receitas destes serviços do elenco de receitas adicionais constante do artigo 35.º (alínea d)) e do artigo 37.º (subalínea iv) da alínea c) do n.º 1);
- No sentido de clarificar que os ajustamentos também podem ser realizados por variações nas componentes dos proveitos permitidos associadas a novos investimentos, aditou-se um novo n.º 2 ao artigo 37.º com a seguinte redação (renumerando-se os subsequentes): *"No caso de se verificarem, no âmbito das contas reais, alterações relativas à execução do plano de investimentos ou de projetos previstos, com impacto em qualquer dos componentes a que se refere o número anterior ou ainda nos custos de exploração associados à estrutura, são igualmente realizados ajustamentos a esses componentes, na medida desse impacto e com as necessárias adaptações, atendendo à responsabilidade da entidade gestora por tais alterações, assim como aos consequentes prejuízos ou benefícios para os utilizadores"*.
- No sentido de tornar mais claro quais as regras relativas ao procedimento de definição dos proveitos e tarifas são aplicáveis a cada modelo de gestão, considerou-me mais adequado desdobrar o artigo 45.º do projeto colocado a consulta pública:

Artigo 45.º

Procedimentos comuns a todas as entidades gestoras para a definição de proveitos permitidos totais

- 1— *Até 31 de janeiro de cada ano a ERSAR fornece o modelo em suporte informático para a prestação de contas reais.*
- 2— *Até 31 de março do ano anterior ao início de cada período regulatório a ERSAR comunica, para efeitos de orçamentação e com natureza indicativa, uma proposta de parâmetros genéricos relativos ao setor, nomeadamente, a taxa de remuneração de ativos e as taxas de variação do IHPC.*

- 3– *Os tarifários produzem efeitos relativamente às quantidades de resíduos entregues a partir de 1 de janeiro de cada ano civil.*
- 4– *A informação sobre a alteração dos tarifários acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação e é publicitada no sítio da internet da entidade gestora antes da respetiva entrada em vigor.*
- 5– *(Revogado.)*
- 6– *(Revogado.)*

Artigo 46.º

Procedimento de definição dos proveitos permitidos totais das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal

- 1– *Para além do disposto no artigo 45.º, com vista à definição dos proveitos permitidos totais das entidades gestoras de sistemas de titularidade estatal, para cada período regulatório:*
 - a) *As entidades gestoras enviam à ERSAR, até 31 de janeiro do ano anterior ao início do período a proposta do plano de investimentos, nos termos por esta definidos, contendo a respetiva execução física e financeira para o período regulatório em causa;*
 - b) *A ERSAR comunica às entidades gestoras, até 15 de março, uma apreciação preliminar das respetivas propostas de investimentos;*
 - c) *As entidades gestoras enviam à ERSAR, até 30 de abril do ano anterior ao início do período, as contas previsionais para cada um dos anos do período, integrando os investimentos para o período tendo em conta a apreciação preliminar feita pela ERSAR a que se refere a alínea b), remetendo ainda uma estimativa de fecho do ano em curso, bem como as contas reais relativas ao ano anterior;*
 - d) *A ERSAR comunica às entidades gestoras e aos respetivos conselhos consultivos, até 31 de julho, o projeto de definição dos proveitos permitidos totais, sem prejuízo da atualização, à data da fixação definitiva dos proveitos permitidos totais, dos parâmetros referentes às taxas de juro, bem como da incorporação de modificações decorrentes de alterações legislativas ou regulamentares;*
 - e) *As entidades gestoras e respetivos conselhos consultivos pronunciam-se, até 20 de setembro, em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão a que se refere a alínea anterior;*

- f) Ponderados os comentários que sejam apresentados, a ERSAR define e comunica às entidades gestoras, até 30 de outubro os proveitos permitidos totais e a trajetória tarifária esperados para o período, incluindo os investimentos aceites para o período, procedendo à sua publicação no respetivo sítio da internet.*
- 2– O projeto de decisão e a decisão a que se referem as alíneas d) e f) do número anterior incluem a componente dos ajustamentos e dos incentivos apenas para o primeiro ano do período regulatório.*
- 3– Para além do disposto no artigo 45.º, nos anos intercalares de cada período regulatório, com vista à realização dos ajustamentos anuais devidos nos termos do artigo 37.º, ao apuramento dos incentivos, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º e eventual alteração da variação do saldo regulatório, nos termos do n.º 3 do artigo 40.º:*
- a) As entidades gestoras remetem à ERSAR anualmente, até 30 de abril, as contas reais relativas ao ano anterior;*
 - b) A ERSAR comunica às entidades gestoras e respetivos conselhos consultivos, até 31 de julho, o projeto de decisão relativo aos proveitos permitidos totais e tarifas para o ano seguinte;*
 - c) As entidades gestoras e respetivos conselhos consultivos pronunciam-se, até 20 de setembro, em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão a que se refere a alínea anterior;*
 - d) Ponderados os comentários que sejam apresentados, a ERSAR define e comunica às entidades gestoras, até 30 de outubro, os proveitos permitidos totais e as tarifas para o ano seguinte, procedendo à sua publicação no respetivo sítio da internet.*
- 4– (Revogado.)*
- 5– (Revogado.)*
- 6– (Revogado.)*

Artigo 47.º

Procedimento de definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas das entidades gestoras de titularidade municipal em modelo de gestão delegada

- 1– *Para além do disposto no artigo 45.º, com vista à pronúncia da ERSAR sobre a definição dos proveitos permitidos totais e correspondente trajetória tarifária no âmbito da celebração ou revisão de contratos de gestão delegada de entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal, estas, ou os respetivos delegantes, enviam à ERSAR, até 30 de abril do ano anterior ao período regulatório, as contas previsionais para cada um dos anos do período e uma estimativa de fecho do ano em curso, bem como as contas reais relativas ao ano anterior.*
- 2– *O projeto de proveitos permitidos totais a que se refere o número anterior inclui a componente dos ajustamentos e dos incentivos apenas para o primeiro ano do período regulatório.*
- 3– *A ERSAR emite parecer, até 31 de julho, sobre os proveitos permitidos totais a que refere o número anterior, pronunciando-se, nomeadamente, no caso de se tratar de serviços em baixa, sobre os parâmetros φ , ω e τ .*
- 4– *A entidade titular remete à ERSAR cópia do contrato de gestão delegada, no prazo de 15 dias contados da sua celebração ou revisão.*
- 5– *Nos anos intercalares de cada período regulatório e com vista à pronúncia da ERSAR sobre os ajustamentos anuais, nos termos do artigo 37.º, bem como sobre o apuramento dos incentivos, nos termos do n.º 2 do artigo 39.º e eventual alteração da variação do saldo regulatório, nos termos do n.º 3 do artigo 40.º, das entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão delegada estas remetem à ERSAR, até 30 de abril de cada ano, as contas reais relativas ao ano anterior e o projeto de decisão aos proveitos permitidos totais e correspondentes tarifas para o ano seguinte.*
- 6– *A ERSAR emite parecer, até 31 de julho, sobre o projeto de decisão a que refere o número anterior.*
- 7– *Até 15 de dezembro as entidades titulares aprovam os proveitos permitidos totais e as tarifas para o ano seguinte, que comunicam à ERSAR até 31 de janeiro acompanhadas da respetiva deliberação de aprovação.*

Artigo 48.º

Procedimento de definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas das EG de titularidade municipal em modelo de gestão direta

- 1 – *Para além do disposto no artigo 45.º, com vista à definição pela ERSAR dos componentes dos proveitos permitidos totais de referência padronizados por clusters a que se refere o n.º 7 do artigo 26.º, as entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em modelo de gestão direta remetem à ERSAR, até 15 de maio de cada ano, as contas reais relativas ao ano anterior.*
- 2 – *Até 31 de julho de cada ano, a ERSAR:*
 - a) *Comunica às entidades gestoras uma proposta de definição dos clusters, identificando o cluster em que se integram, bem como os limiares dos proveitos permitidos totais e das bandas tarifárias resultantes, sem prejuízo da atualização, à data da fixação definitiva dos limiares dos proveitos permitidos totais, dos parâmetros referentes às taxas de juro, bem como da incorporação de modificações decorrentes de alterações legislativas ou regulamentares;*
 - b) *Recomenda os intervalos de variação para os parâmetros φ , ω e τ a definir pelos municípios no caso de serviços a utilizadores finais;*
 - c) *Propõe a percentagem do limiar da acessibilidade económica que constitui, para os utilizadores finais domésticos, um limite máximo à determinação da subsidiação da tarifa por parte da entidade titular.*
- 3 – *As entidades gestoras pronunciam-se, até 20 de setembro de cada ano, sobre a proposta a que se refere o número anterior.*
- 4 – *Ponderando os comentários que tenham sido apresentados, a ERSAR comunica às entidades gestoras, até 30 de outubro de cada ano, o cluster aplicável, bem como os limiares dos proveitos permitidos totais e a percentagem do limiar da acessibilidade económica.*
- 5 – *Até 15 de novembro as entidades gestoras comunicam à ERSAR o respectivo projeto de decisão sobre os proveitos permitidos totais estimados, os parâmetros φ , ω e τ utilizados, as tarifas e os subsídios.*

- 6 – *No caso em que os proveitos tarifários não se compreendam no intervalo dos limiares dos proveitos permitidos totais ou as correspondentes tarifas médias dentro das respetivas bandas tarifárias, as entidades gestoras apresentam, no prazo a que se refere o número anterior, a respetiva justificação e as contas previsionais.*
- 7 – *Ponderando os elementos a que se refere o número anterior, a ERSAR emite, até 30 de novembro, o parecer devido sobre os proveitos permitidos totais e correspondentes tarifas nos termos da lei.*
- 8 – *Nos casos em que os proveitos tarifários previstos se contenham nos limiares dos proveitos permitidos totais e respetivas bandas tarifárias, considera-se haver parecer tácito favorável da ERSAR se no prazo de 5 dias após receção da comunicação nada for transmitido à entidade titular.*
- 9 – *Até 15 de dezembro as entidades titulares aprovam as tarifas, que comunicam à ERSAR até 31 de janeiro acompanhadas da respetiva deliberação de aprovação.*
- No sentido de clarificar o regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão direta (artigo 6.º do projeto de regulamento, transformado em artigo 93.º do RTR na sequência dos contributos da consulta), particularmente o regime aplicável até à definição dos clusters, reformulou-se a redação dos n.ºs 1 a 3 (transferindo-se o n.º 4 para o artigo 26.º), passando apenas a dois números: "1 - *As entidades gestoras de sistemas de titularidade municipal em regime de gestão direta dispõem de um prazo de 3 anos, contados a partir da definição e comunicação por parte da ERSAR dos clusters referidos no n.º 7 e 8 do artigo 26.º, para assegurar a definição dos proveitos permitidos totais e das tarifas nos termos previstos no Título IV.*", "2 - *Enquanto não forem definidos e comunicados pela ERSAR os clusters referidos no n.º 7 e 8 do artigo 26.º, o parecer da ERSAR sobre a formação das tarifas é solicitado até 15 de outubro e emitido no prazo de 30 dias úteis*".
 - Simplificou-se a redação do regime transitório de aprovação de tarifas dos sistemas municipais em regime de gestão delegada, fundindo o n.º 1 e 2 do artigo 94.º do RTR (artigo 4.º do projeto de regulamento): "1 - *Sem prejuízo da salvaguarda do período quinquenal que se encontre em curso, a aplicação das disposições constantes do Título IV do presente*

regulamento ocorre com a entrada em vigor da revisão do regime jurídico dos sistemas municipais de gestão de resíduos urbanos."

- Dado que o artigo 7.º do projeto de regulamento (reordenado como artigo 96.º do RTR na sequência dos contributos da consulta) substitui o teor do artigo único do 3.º Documento Complementar, acrescentou-se a referência a este diploma no artigo relativo às revogações;
- Face ao tempo que se considerou necessário para a análise dos contributos da consulta pública, entendeu-se necessário prorrogar o prazo para a apresentação e apreciação da proposta de plano de investimentos para o período de 2019 a 2021, aditando-se um novo artigo 6.º ao regulamento em consulta: *"Para o período regulatório de 2019 a 2021, a apresentação da proposta de plano de investimento a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º pode ser feita até ao dia 15 de fevereiro de 2018, sendo a apreciação preliminar da ERSAR, a que se refere a alínea b) do mesmo n.º 1 realizada até 31 de março".*

6. Conclusões

Analisados os contributos recebidos no âmbito da consulta pública e consulta ao Conselho Tarifário da ERSAR, pese embora algumas críticas, considera-se que a apreciação global das entidades do setor foi positiva relativamente à iniciativa desenvolvida pela ERSAR.

No âmbito desta análise foram integrados no RTR as sugestões consideradas como pertinentes, tendo sido rejeitadas aquelas que a ERSAR considerou não terem fundamento ou não serem as mais adequadas. Para as sugestões não acolhidas foi apresentada a respetiva fundamentação, pretendendo-se assim encontrar um equilíbrio que atenda às preocupações das entidades reguladas e as necessidades do sector.

Conforme acima indicado para além da resposta direta aos comentários apresentados, foram igualmente introduzidas outras alterações ao texto do projeto de RTR, correspondentes a melhorias de redação ou outros aperfeiçoamentos do documento, cuja necessidade foi detetada pela própria ERSAR ao longo do processo de trabalho.